Jornal O DIA SP
Fundado em 5 de abril de 1933
www.jornalodiasp.com.br | TERÇA-FEIRA, 17 DE NOVEMBRO DE 2026 | Nº 26.277 | Preço banca: R$ 3,50

Atividade econômica tem queda de 0,9% no terceiro trimestre

A atividade econômica no Brasil registrou queda no terceiro trimestre, de acordo com informações divulgadas na segunda-feira (16) pelo Banco Central (BC). O Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br) teve redução de 0,9% de julho a setembro em relação ao trimestre anterior (abril a junho), de acordo com dados dessazonalizados (ajustados para o período).

As quedas foram de 2% na agropecuária, 1,1% na indústria e 0,5% em serviços.

Em comparação ao terceiro trimestre de 2025, houve aumento de 0,7% no indicador, sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais.

Considerando apenas o mês de setembro deste ano, o IBC-Br teve redução de 0,2% em relação a agosto, em dados com ajuste sazonal, com alta de 1,2% na agropecuária e quedas de 0,4% na indústria e 0,1% em serviços. Na comparação com o mesmo mês de 2025, não houve variação. Página 3

BB quer negociar com BC regra mais flexível para contabilizar perdas com agro

Página 5

Economia circular movimenta até R$ 90,7 bilhões no Brasil, aponta CNI

Página 4

Brasil alcança meta de turismo internacional de 2026



Foto: Paulo Pinto/AB

O Brasil superou a meta de atração de turistas internacionais de 2026 com dois meses de antecedência. O Ministério do Turismo divulgou nesta segunda-feira (16) que, de janeiro a outubro, o país recebeu 7.594.425 visitantes estrangeiros, volume que supera o objetivo anual de 7,5 milhões de viajantes.

A meta foi estabelecida pelo Plano Nacional de Turismo (PNT) 2024-2027, e o resultado alcançado até outubro manteve o patamar recorde de 2025. A pasta compara que houve crescimento de 58,8% no número de turistas estrangeiros em relação a 2023, quando o país recebeu 4.782.775 visitantes. Página 3

Enem 2026: começa prazo para pedir reaplicação de provas em dezembro

Página 6

Fim de subsídio ao diesel importado eleva custo e preço deve subir nas bombas

Página 4

DÓLAR

Comercial	Turismo
Compra: 5,77	Compra: 5,80
Venda: 5,77	Venda: 5,98

EURO

Compra: 6,35
Venda: 6,35

Esporte

Felipe Baptista vence Corrida do Milhão e decisão fica para Interlagos

Disputada no domingo (15), no Autódromo FuelTech Velopark, em Nova Santa Rita (RS), a Corrida do Milhão 2026 foi uma das provas mais emocionantes da temporada da Bradesco Stock Car Pro Series. Em sua 13a edição, a corrida mais cobiçada do automobilismo brasileiro consagrou Felipe Baptista como o novo milionário do esporte a motor. O piloto da Sterling Racing conquistou o triunfo após uma competição marcada pela forte chuva antes da largada e por decisões estratégicas na escolha dos pneus e no momento das paradas. Julio Campos, da equipe Time Lubrax TMG, terminou em segundo, enquanto Nelson Piquet Jr., em sua estreia pela equipe Fittipaldi, completou o pódio.

O resultado também confirmou que a disputa pelo título da temporada será decidida em dezembro, no Autódromo de Interlagos, em São Paulo. Felipe Fraga, que chegou ao Velopark na liderança do campeonato e tinha chances matemáticas de conquistar o título antecipadamente, encerrou a Corrida do Milhão na sétima colocação, após a penalização aplicada a Arthur Leist. Gabriel Casagrande e Guilherme Salas, outros protagonistas da luta pelo campeonato, terminaram em quinto e sexto, respectivamente.

Vitória na base da estratégia – Milionário já aos 23 anos de idade, Felipe Baptista transformou as condições imprevisíveis da pista em uma das conquistas mais importantes de sua trajetória na Stock Car. O piloto da Sterling Racing aproveitou o momento decisivo das paradas obrigatórias para assumir a ponta e abrir vantagem sobre os adversários. Depois de 51 voltas, recebeu a bandeirada em primeiro lugar, no tempo de 51min41s702. Foi sua quarta vitória na temporada e a oitava da carreira na categoria, na qual também possui 15 pódios.

"Essa vitória deveria valer umas cinco! A corrida começou com a pista molhada, mas secou muito rápido. Acho que o segredo foi o momento em que paramos nos boxes e, principalmente, minha volta à pista. Mesmo com os pneus frios, consegui manter um ritmo muito forte nas duas primeiras voltas, e isso fez a diferença para sair à frente do Nelsinho. Nossa equipe fez um trabalho fantástico no pit stop. Depois, entrei na pista em primeiro, consegui acelerar bastante para abrir uma vantagem e evitar uma disputa direta pela liderança", resumiu o vencedor.

"A partir daí, procurei administrar os pneus e preservar o carro. O Velopark é uma pista que exige muito do equipamento, pelas zebras altas e ondulações. Nas últimas seis voltas, comecei até a escutar barulhos que não existiam dentro do carro, de tanto medo de acontecer alguma coisa! Mas deu tudo certo. A equipe acertou na estratégia, os mecânicos trabalharam muito bem e o carro estava excelente. Ontem terminamos a corrida sprint em segundo e hoje vencemos a Corrida do Milhão. Não tenho absolutamente nada a reclamar deste fim de semana", comemorou Felipe Baptista.

Segundo colocado, a 3s675 do vencedor, Julio Campos protagonizou uma das disputas mais intensas da prova. O representante da equipe Time Lubrax TMG superou Felipe Massa e Nelsinho Piquet na luta pelo pódio, mas não conseguiu se aproximar de Baptista para tentar a vitória. Apesar da frustração por não conquistar o prêmio principal, destacou a competitividade do carro e a evolução da equipe ao longo da temporada.

"É como conquistar um título" – "Terminar em segundo na Corrida do Milhão tem um gosto amargo, porque vencer essa prova é como conquistar um título. Mas foi uma corrida muito boa, me diverti bastante, fiz várias ultrapassagens e conquistamos pontos importantes. Infelizmente, não tivemos a oportunidade de disputar a vitória com o Baptista, porque ele já estava muito à frente quando saiu dos boxes. Fiquei bastante tempo atrás do Massa e do Piquet, que estavam disputando posições. Procurei economizar os pneus e, quando percebi que eles estavam brigando, aproveitei para atacar e ultrapassar. Fiquei torcendo por um safety car que me desse a chance de alcançar o Felipe, mas não aconteceu. A vitória ficou em boas mãos. Nossa equipe vem muito forte, temos um carro rápido e estamos constantemente no Q3 nas últimas etapas. Ainda há pontos a melhorar, mas estamos cada vez mais competitivos", destacou Julio Campos.

Fittipaldi e Piquet – A terceira colocação de Nelsinho Piquet, a 8s318 de Baptista, representou um resultado expressivo para a estreante Fittipaldi, que antecipou sua entrada na Bradesco Stock Pro Series para o fim de semana da Corrida do Milhão. Após enfrentar dificuldades nos treinos e na prova de sábado, o time apostou em uma estratégia ousada diante das mudanças nas condições do asfalto e conquistou seu primeiro pódio na categoria.

"Primeiramente, quero agradecer a toda a equipe pelo trabalho duríssimo nas últimas semanas para colocar esse projeto na pista. Sexta-feira e sábado foram dias muito difíceis. Ficamos um período parados, enquanto as outras equipes continuaram desenvolvendo seus carros a cada corrida. Era natural que chegássemos alguns passos atrás, e sabemos que não vamos alcançar as equipes de ponta da noite para o dia", ponderou Nelsinho.

"Confesso que fiquei chateado com o resultado de ontem (Piquet foi 17o na corrida sprint de sábado). Mas, quando começou a chover hoje, falei para a equipe que era nossa oportunidade de arriscar um pouco mais. Se fizéssemos a mesma coisa que todos os outros, dificilmente conseguiríamos recuperar tantas posições. Como não estou na disputa pelo campeonato, tínhamos liberdade para adotar uma estratégia mais arrojada. Acertamos o momento da parada, os mecânicos fizeram um pit stop excelente e conseguimos chegar ao pódio. Estamos todos de parabéns por esse resultado. Agora precisamos analisar o que aconteceu neste fim de semana, identificar onde podemos melhorar e continuar trabalhando para chegar ainda mais fortes a Interlagos", destacou Nelsinho Piquet.



Foto: Marcelo Machado de Melo

A *parada nos boxes foi decisiva para a vitória de Baptista*

Como foi a Corrida do Milhão – A prova começou a reservar emoções antes mesmo da bandeira verde. Após a formação do grid, uma chuva intensa atingiu o Autódromo FuelTech Velopark e obrigou a direção de prova a adiar a largada por questões de segurança.

A espera durou aproximadamente 30 minutos. Quando os pilotos receberam autorização para entrar na pista atrás do safety car, a chuva já havia cessado e o sol começava a reaparecer em Nova Santa Rita, acelerando a secagem do asfalto.

Depois de duas voltas sob o comando do carro de segurança, a bandeira verde foi acionada. Gabriel Casagrande manteve a primeira posição, seguido por Guilherme Salas, Felipe Massa, Felipe Baptista e Julio Campos.

Casagrande e Salas abriram vantagem nas primeiras voltas, enquanto os demais integrantes do grupo da frente disputavam posições. Após seis voltas, a escolha dos pneus tornou-se um fator decisivo. A pista secava rapidamente e a maioria dos competidores havia largado utilizando compostos para chuva, exigindo atenção ao momento ideal para a troca.

Na oitava volta, Gabriel Casagrande entrou nos boxes para substituir os pneus de chuva pelos slicks, apropriados para o asfalto seco. Felipe Fraga optou pela troca de apenas dois pneus e retornou ao circuito próximo ao então líder.

Fraga conseguiu superar Casagrande, que também perdeu uma posição para Zezinho Muggiati. Entretanto, a ordem da disputa mudou significativamente após a conclusão do ciclo de paradas.

Felipe Baptista assumiu a ponta, seguido por Nelsinho Piquet, Felipe Massa, Julio Campos e Gaetano Di Mauro. O representante da Sterling Racing aproveitou o bom desempenho do carro para estabelecer uma vantagem superior a três segundos sobre o segundo colocado.

Enquanto Baptista administrava a diferença, Casagrande iniciou sua recuperação. Primeiro, retomou a posição de Fraga e avançou ao sétimo lugar. Algumas voltas depois, ultrapassou Arthur Leist e chegou à sexta colocação, prosseguindo na perseguição aos adversários à frente.

Guilherme Salas também ganhou terreno e alcançou o oitavo lugar ao superar Fraga, resultado que afastava a possibilidade de definição antecipada do campeonato no Velopark. Com Baptista mantendo uma vantagem relativamente estável, a batalha pelas posições seguintes ganhou intensidade na parte final da prova.

Nelsinho Piquet passou a enfrentar a pressão de Felipe Massa, que se aproximava acompanhado por Julio Campos. Massa tentou ultrapassar o piloto da Fittipaldi, mas perdeu terreno e acabou superado por Campos, que assumiu a terceira colocação.

Na volta seguinte, Piquet travou os pneus durante uma frenagem e abriu espaço para Julio Campos conquistar o segundo lugar. Massa também aproveitou a oportunidade para atacar o adversário e conseguiu ultrapassá-lo momentaneamente. Piquet, entretanto, reagiu e recuperou a posição, enquanto Massa perdeu terreno na sequência da disputa.

Na frente, Baptista manteve o controle até a bandeirada e confirmou a vitória na Corrida do Milhão 2026. Julio Campos assegurou o segundo lugar, enquanto Nelsinho Piquet completou o pódio em sua estreia pela Fittipaldi. Gaetano Di Mauro e Gabriel Casagrande fecharam os cinco primeiros colocados.

Decisão em Interlagos – A Bradesco Stock Pro Series chegará à última etapa da temporada 2026, em dezembro, no Autódromo de Interlagos, com quatro pilotos ainda na disputa matemática pelo título. Após a aplicação dos descartes, Felipe Fraga lidera o campeonato, somando 964 pontos. Gaetano Di Mauro ocupa a vice-liderança, 840, mesma pontuação de Gabriel Casagrande, terceiro colocado. Guilherme Salas aparece em quarto, 830. Restando 137 pontos em disputa, Fraga precisa conquistar 14 pontos para assegurar o título independentemente dos resultados dos adversários. Já seus três concorrentes terão de buscar resultados expressivos e contar com tropeços do líder para reverter a vantagem na etapa decisiva.

A edição de 2026 contou com o apoio especial de Sem Parar e Hankook, que ampliaram sua participação no evento para fomentar a já ampla visibilidade da prova. A iniciativa reforça o compromisso das marcas com o automobilismo brasileiro e contribui para valorizar uma das competições mais emblemáticas da história da Stock Car.

Fundo Estadual de Recursos Hídricos aprova 12 projetos na região de Barretos

A região de Barretos tem 12 projetos inscritos para receber recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro), que totalizam R$ 7,9 milhões em recursos solicitados para 2026. As propostas contemplam ações voltadas à melhoria da drenagem urbana, gestão de demanda e qualidade da água.

Entre os projetos apresentados estão a construção de galerias pluviais em Olímpia, drenagem em Guaraci e substituição de hidrômetros em Barretos. Na região, desde 2023, foram investidos mais de R$ 30,2 milhões em projetos com foco em gerenciamento de recursos hídrico, proteção e qualidade da água, entre outros.

Neste ano, os comitês de bacias paulistas indicaram aproximadamente R$ 414,7 milhões em projetos. Em todo o Estado de São Paulo, foram selecionados 421 projetos. Entre os temas mais demandados, as ações relacionadas à qualidade da água representam 36% dos pedidos, enquanto os projetos de drenagem e de prevenção de eventos hidrológicos extremos correspondem a 22%.

"O Fehidro é uma ferramenta importante para apoiar os municípios na execução de projetos que melhoram a qualidade da água, ampliam a segurança hídrica e ajudam a prevenir problemas como alagamentos. O objetivo é transformar essas propostas em ações concretas, com planejamento, responsabilidade técnica e benefícios para a população", afirma Cristiano Kenji, subsecretário de Recursos Hídricos e Saneamento Básico da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil).


Foto: Divulgação/Governo de SP

Desde *2023, o Fehidro já contratou 1.297 empreendimentos, com investimento aproximado de R$ 1,19 bilhão, beneficiando 338 municípios do estado de São Paulo*

Balanço de investimentos

Desde 2023, o Fehidro já contratou 1.297 empreendimentos, com investimento aproximado de R$ 1,19 bilhão, beneficiando 338 municípios do Estado de São Paulo. Os recursos têm sido direcionados principalmente a iniciativas relacionadas ao esgotamento sanitário, à drenagem, ao planejamento e à gestão de recursos hídricos e ao controle de perdas. Esses investimentos contribuem, principalmente, para ampliar a capacidade das cidades de prevenir problemas, proteger os recursos naturais e reduzir os impactos de eventos climáticos. Somente em 2025, o Fehidro atendeu 228 municípios em todo o Estado, com R$ 475 milhões em contratos.

Como funciona o processo

Os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs) de São Paulo são fóruns deliberativos e descentralizados que reúnem representantes do Estado, dos municípios e da sociedade civil para planejar e gerenciar os recursos hídricos de cada região. Eles indicam projetos do Fehidro porque a aplicação desses recursos financeiros deve obrigatoriamente estar vinculada às metas e aos programas do Plano de Bacia Hidrográfica de cada região, garantindo que o dinheiro seja investido nas prioridades reais de preservação, recuperação e uso da água.

O caminho para obter recursos do Fehidro começa com a prefeitura ou a entidade interessada, que deve procurar a Secretaria Executiva do Comitê de Bacia Hidrográfica de sua região para verificar os prazos, as regras de financiamento e os documentos exigidos. A proposta precisa apresentar informações técnicas, documentação fiscal e, quando necessário, licenças ambientais e autorizações para o uso da água.

Após a aprovação dos aspectos técnicos e financeiros, o contrato é formalizado. O responsável pelo projeto deve, então, realizar a licitação para contratar a execução dos serviços. A liberação das parcelas ocorre conforme o andamento dos trabalhos e a aprovação da documentação, com acompanhamento técnico até a conclusão das ações.

Como os municípios podem participar

Podem se candidatar a receber recursos: pessoas jurídicas de direito público das administrações direta e indireta do Estado e dos municípios paulistas; concessionárias e permissionárias de serviços públicos com atuação nas áreas de saneamento, meio ambiente ou aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos; consórcios intermunicipais regularmente constituídos; e entidades privadas sem fins lucrativos, independentemente de serem usuárias de recursos hídricos. (Governo de SP)

CESAR NETO



www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Assim como agora o ex-vereador e ex-presidente Milton Leite (União) ... o ex-vereador e ex-presidente José Maria Marin (Arena), depois deputado na ALESP e governador SP esteve preso [só que nos USA] enquanto dirigente do futebol

.

PREFEITURA (São Paulo)

O fato de aliados do cristão Ricardo Nunes (MDB) não quererem retaliar [pelo menos por agora] o vice / coronel PM Mello (PL) por trair confianças, visa poupar a parte [ainda Bolsonarista] do PL Valdemarista pra manter apoio nas eleições 2028

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Cristãos deputados(as) de linha protestante fazem a leitura da peregrinação do papa norte-americano Leão 14 por Argentina, Uruguai e Peru como o que é possível no momento pro Estado do Vaticano não perder ainda mais o poder que já teve

.

GOVERNO (São Paulo)

Cristão católico e reeleito governador Tarcísio Freitas (Republicanos) vai ter [na sua posse em 2027] uma 1ª foto / imagens de soldados que poderão integrar o 'exército do capitão EB' em suas batalhas e guerras pela Presidência nas eleições 2030

CONGRESSO (Brasil)

Deputados(as) e senadores(as) que até a reeleição do Lulismo [ainda dono do PT] achavam que tudo seria maravilhoso já atacam abertamente o 'general Janones', que por sua vez está revidando e retaliando todos. É tudo rápido e rasteiro

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Se vale pra todo o mundo [desde sempre], que nossos piores inimigos somos nós mesmos, ou nossos parentes, ou nossos falsos amigos [pior se forem cristãos], não poderia ser diferente com o Lulismo ao dar poder aos oportunistas da hora

.

HISTÓRIAS

Reunião de Trump (USA), com Xi Jinping (China) e Putin (Rússia) é o início visível do cumprimento das profecias da literatura bíblica [no sentido de quem irá descumprir acordos mundanos ... com todas as armas possíveis do fim dos tempos]

.

ANO 34

O jornalista **Cesar Neto** usa Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna diária de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... **X @cesarnetoreal**

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Ó Senhor, nosso Deus, a tua grandeza é vista no mundo inteiro" **Salmos 8.9 (NTLH)**

Acordo Paulista abre nova rodada para negociar débitos de ICMS com descontos de até 100%

Empresas com dívidas de ICMS inscritas em dívida ativa poderão renegociar seus débitos com descontos de até 100% em juros e multas a partir da segunda-feira (16). A nova etapa do programa Acordo Paulista, da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (PGE/SP), prevê negociar R$ 15 bilhões em débitos tributários com condições ampliadas de pagamento.

O Edital nº 01/2026 foca na classificação pelo grau de recuperabilidade da dívida para pactuar R$ 10 bilhões, oferecendo descontos em juros e multas de até 100% para créditos irrecuperáveis e de até 72,5% para os de difícil recuperação (superando os limites ordinários de 75% e 60%), além de parcelamento em até 120 vezes. Com entrada flexível (de 0% a 5%), o edital permite o uso de precatórios e créditos acumulados de ICMS, estabelecendo teto de desconto de 65% do valor total e parcela mínima de R$ 500,00.

Já o Edital nº 02/2026 destina-se a empresas em recuperação judicial, liquidação ou falência, projetando transacionar R$ 5 bilhões com descontos de até 100% em juros e multas (acima do teto padrão de 75%) e parcelamento estendido em até 145 vezes. O edital autoriza a migração de acordos anteriores, admite a quitação com precatórios e saldos acumulados de ICMS, e fixa o desconto máximo em 70% do débito total, mantendo a parcela mínima de R$ 500,00.


Foto/Governo de SP

Diferenciais e benefícios adicionais

Além das condições facilitadas de pagamento e descontos históricos, a nova fase do programa traz duas importantes inovações jurídicas e operacionais para desburocratizar a regularização dos contribuintes. A primeira é a dispensa total de novas garantias para a adesão às regras dos novos editais, reduzindo custos adicionais e barreiras de entrada. A segunda é a previsão de revisão de multas tributárias, que possibilita aos contribuintes formalizarem pedido administrativo para o eventual recálculo dos valores, com fundamento no artigo 113-A do Código Tributário Nacional, na redação da Lei Complementar nº 236/2026, garantindo maior justiça fiscal e adequação às normas vigentes

R$ 69 bilhões renegociados

Desde que foi lançado, em 2024, o Acordo Paulista deixou de lado o formato tradicional de cobrança de dívida ativa e passou a adotar uma modelagem inteligente, permitindo parcelamentos e descontos para milhares de contribuintes. Essa estratégia garantiu resultados expressivos em todos os editais do programa. De 2024 até o momento, o programa já atendeu mais de 66 mil contribuintes. Os acordos foram firmados após a abertura de quatro editais contabilizam R$ 69 bilhões da dívida ativa negociado

Como aderir

As adesões serão realizadas exclusivamente em ambiente digital pelo portal acordopaulista. sp.gov.br, no período de 16 de novembro a 18 de dezembro de 2026. (Governo de SP)

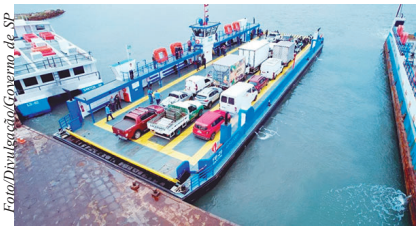
PPP do Governo de SP amplia formas de pagamento nas travessias hídricas com Pix e cartões

A Parceria Público-Privada (PPP) das Travessias Hídricas, estruturada pelo Governo de São Paulo por meio da Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI) e da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), começa a trazer novidades para os usuários, com a implantação de pagamentos por Pix e cartões de crédito e débito. A medida integra o processo de modernização do sistema previsto no contrato de concessão, ampliando as alternativas de pagamento e facilitando o acesso ao serviço.

A implantação das novas modalidades é realizada gradualmente pela concessionária AcquaVias SP, que iniciou em 9 de novembro a operação assistida das 14 travessias abrangidas pela PPP. Durante os três meses de transição, a Semil acompanha a operação em conjunto com a empresa para assegurar a continuidade dos serviços prestados à população.

Além do Pix e dos cartões, os usuários continuam contando com pagamento em dinheiro e por meio de tags de cobrança automática. As tarifas e as gratuidades atualmente vigentes permanecem.

A ampliação das opções de pagamento é uma das primeiras melhorias previstas na PPP, que contempla investimentos de R$ 2,5 bilhões ao longo de 20 anos. A parceria busca modernizar a infraestrutura das travessias, ampliar a eficiência operacional e oferecer mais conforto, segurança e qualidade no atendimento à população.


Foto/Divulgação/Governo de SP

A *implantação das novas modalidades é realizada gradualmente pela concessionária AcquaVias SP, que iniciou em 9 de novembro a operação assistida das 14 travessias abrangidas pela PPP*

Concessão prevê R$ 2,5 bilhões em investimentos

A PPP contempla a incorporação de 45 novas embarcações, das quais mais de 40 serão elétricas, além da construção ou ampliação de 20 terminais. O contrato também prevê centros de controle operacional, novas oficinas de manutenção, cabines automáticas de cobrança e sistemas de automação e segurança.

A renovação da frota ocorrerá gradualmente, com as primeiras novas embarcações previstas a partir do terceiro ano da concessão. As melhorias incluem intervenções de acessibilidade, conectividade e conforto nos terminais, além de medidas para ampliar a capacidade de atendimento e reduzir os intervalos entre viagens.

O sistema atende a Baixada Santista, o Litoral Norte, o Litoral Sul, a Região Metropolitana de São Paulo e o Vale do Paraíba, transportando anualmente cerca de 11 milhões de passageiros e 10 milhões de veículos.

A nova etapa dá continuidade ao trabalho de recuperação e modernização realizado pelo Governo de São Paulo desde 2023, período em que foram destinados aproximadamente R$240 milhões à recuperação de embarcações, à melhoria dos terminais e ao aprimoramento da manutenção e da gestão operacional.

Com a implantação dos novos meios de pagamento, a PPP das Travessias Hídricas começa a entregar melhorias previstas no processo de modernização estruturado pelo Governo de São Paulo, por meio da SPI e da Semil, com foco na comodidade dos usuários e na qualidade dos serviços prestados à população. (Governo de SP)

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 11 3258-1822
Comercial: 11 97144-4166
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Agências de notícias
Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress
Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Atividade econômica tem queda de 0,9% no terceiro trimestre

A atividade econômica no Brasil registrou queda no terceiro trimestre, de acordo com informações divulgadas na segunda-feira (16) pelo Banco Central (BC). O Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br) teve redução de 0,9% de julho a setembro em relação ao trimestre anterior (abril a junho), de acordo com dados dessazonalizados (ajustados para o período).

As quedas foram de 2% na agropecuária, 1,1% na indústria e 0,5% em serviços.

Em comparação ao terceiro trimestre de 2025, houve aumento de 0,7% no indicador, sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais.

Considerando apenas o mês de setembro deste ano, o IBC-Br teve redução de 0,2% em relação a agosto, em dados com ajuste sazonal, com alta de 1,2% na agropecuária e quedas de 0,4% na indústria e 0,1% em serviços. Na comparação com o mesmo mês de 2025, não houve variação.

Nos último 12 meses, o indicador avançou 1,4%.

O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução o ritmo da economia do país e incorpora informações sobre o nível de atividade na indústria, comércio e serviços e agropecuária, além do volume de impostos.

O índice ajuda o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC a tomar decisões sobre os juros básicos da economia, a Taxa Selic, definida atualmente em 13,75% ao ano. A Selic é o principal instrumento do BC para alcançar a meta de inflação.

PIB

Divulgado mensalmente, o IBC-Br emprega uma metodologia diferente da utilizada para medir o Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país), que é o indicador oficial da economia brasileira medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o próprio BC, o índice é complementar ao PIB. "Enquanto o PIB oferece uma visão consolidada da economia, o IBC-Br ajuda a entender o 'agora' da atividade econômica", explica a autarquia.

No segundo trimestre deste ano, o PIB cresceu 0,5% na comparação com o primeiro trimestre. Em relação ao segundo trimestre de 2025, o conjunto dos bens e serviços produzidos no país apresenta alta de 2%.

Em 2025, a economia brasileira cresceu 2,3%, o quinto ano seguido de crescimento. (Agência Brasil)

Brasil alcança meta de turismo internacional de 2026

Brasil superou a meta de atração de turistas internacionais de 2026 com dois meses de antecedência. O Ministério do Turismo divulgou na segunda-feira (16) que, de janeiro a outubro, o país recebeu 7.594.425 visitantes estrangeiros, volume que supera o objetivo anual de 7,5 milhões de viajantes.

A meta foi estabelecida pelo Plano Nacional de Turismo (PNT) 2024-2027, e o resultado alcançado até outubro manteve o patamar recorde de 2025.

A pasta compara que houve crescimento de 58,8% no número de turistas estrangeiros em relação a 2023, quando o país recebeu 4.782.775 visitantes. O ministro do Turismo, Gustavo Feliciano, comemorou o resultado.

"Conquistamos, de forma definitiva, uma posição de destaque no turismo global. Essa é mais uma garantia de que estamos no caminho certo, sempre crescendo e buscando os melhores resultados."

Sete em cada dez (71%) turistas estrangeiros chegaram ao Brasil de avião. O presidente da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), Bruno Reis, exaltou que isso mostra o aumento da conectividade aérea do país.

"Mesmo diante de um cenário internacional complexo, conseguimos manter o patamar recorde de 2025 e ampliar nossa presença no mercado global. Nosso objetivo é transformar esse interesse em mais viagens, negócios e dinheiro novo circulando na economia, gerando oportunidades para quem vive e trabalha nos nossos destinos."

De onde vêm os turistas que chegam ao Brasil

Argentina: 2.494.421; Chile: 647.295; Estados Unidos: 625.625; Uruguai: 474.430; Paraguai: 414.032.

Crescimento no número de turistas

Apesar do destaque de países do continente americano, a China foi o que teve o maior crescimento no número de turistas enviados ao Brasil.

O país recebeu 80,8% a mais de chineses em 2026, com um salto de 83.788 para 151.466.

Veja os destaques: China: 151.466 (+80,8%); Colômbia: 192.645 (+23,9%); México: 120.942 (+20,7%); Portugal: 235.115 (+19,4%); Espanha: 144.371 (+14,6%).

Por onde os turistas entraram no Brasil

São Paulo e Rio de Janeiro continuam sendo os dois principais portões de entrada no país, tendo recebido mais de 2 milhões de turistas em seus aeroportos internacionais até outubro.

O crescimento no número de entradas foi mais acelerado no Rio Grande do Norte, com uma alta de 128,8% (de 25.967 para 59.411), e em Pernambuco, com aumento de 62,6% (de 80.799 para 131.348).

A relação de locais que registraram taxas expressivas de expansão também inclui o Pará (29,6%, de 25.540 para 33.102), o Ceará (21,4%, de 90.449 para 109.829) e o Acre (8,3%, de 19.146 para 20.735).

Gastos de turistas estrangeiros

De janeiro a setembro deste ano, foi injetado na economia brasileira pelo turismo internacional o montante recorde de mais de US$ 8,38 bilhões (cerca de R$ 45,6 bilhões).

O valor representa uma alta de 10% em relação aos US$ 7,61 bilhões (R$ 41,4 bilhões) verificados no mesmo período de 2025. (Agência Brasil)

Curso capacita servidores para inclusão de pessoas com deficiência

O Programa Nacional de Inclusão Produtiva para Agentes Públicos vai oferecer formação gratuita e certificada a 3 mil profissionais. O objetivo é preparar órgãos públicos para identificar e eliminar barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência no acesso a serviços, oportunidades de trabalho e participação social.

A iniciativa foi lançada em Brasília na última sexta-feira (13) pelo Banco do Brasil (BB), o Tesouro Nacional e a empresa Inclusi lançaram.

O programa terá duração de três anos, com mil participantes por edição. Do total de vagas, 2,7 mil serão destinadas a agentes das administrações federal, estaduais, distrital e municipais. Outras 300 serão reservadas a profissionais do Banco do Brasil, que poderão aplicar o conhecimento em ações de diversidade e inclusão socioprodutiva da instituição.

Segundo o BB, a proposta é fazer com que a inclusão vá além do cumprimento de leis. A formação pretende ajudar servidores a melhorar o atendimento à população, adaptar processos internos, tornar ambientes mais acessíveis e ampliar as oportunidades para pessoas com deficiência.

Motivações

Segundo o Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem mais de 14 milhões de pessoas com deficiência.

As barreiras enfrentadas por essa população não se limitam à entrada no mercado de trabalho. Elas também podem estar presentes em serviços públicos, processos de atendimento, comunicação, ambientes físicos e decisões administrativas.

A ideia do programa é capacitar quem atua diretamente na gestão pública para reconhecer esses obstáculos e desenvolver soluções que possam ser aplicadas no cotidiano das instituições.

O financiamento da iniciativa está relacionado à Portaria nº 808/2023, do Ministério da Fazenda.


Foto: Paulo Pinto/Abr

A norma determina que bancos responsáveis por operações de crédito com garantia da União a estados e municípios invistam parte dos recursos em melhorias na gestão pública, incluindo a capacitação gratuita de servidores.

Como será a formação?

Cada participante receberá uma licença individual do Hub Inclusi-On, plataforma digital desenvolvida pela Inclusi. Ao longo dos três anos, serão disponibilizadas 3 mil licenças.

O curso terá 120 horas de formação certificada, divididas em seis jornadas de aprendizagem. O conteúdo será oferecido por meio de: Videoaulas e materiais de apoio; Entrevistas e videocasts; Simulações de situações práticas; Encontros mensais ao vivo e on-line; Fóruns de discussão e troca de experiências; Orientação, mentoria e atividades aplicadas ao trabalho.

O que será ensinado?

A formação abordará temas relacionados aos direitos das pessoas com deficiência e à construção de ambientes e serviços mais inclusivos.

Entre os assuntos previstos estão: Legislação e direitos das pessoas com deficiência; Acessibilidade e atendimento inclusivo; Gestão de pessoas e liderança; Desenvolvimento profissional e autonomia; Inclusão produtiva; Tomada de decisão e gestão pública.

O objetivo é relacionar o conteúdo teórico aos desafios enfrentados pelos participantes em suas instituições. Assim, o aprendizado deverá resultar em mudanças concretas nos processos e serviços públicos.

Como obter certificado?

Para receber a certificação, cada participante deverá cumprir dois requisitos: Concluir pelo menos 75% do conteúdo da formação; Registrar uma prática implementada a partir do conhecimento adquirido.

As experiências serão reunidas no Banco Nacional de Boas Práticas. O espaço vai organizar informações sobre os problemas identificados, as soluções adotadas, os resultados e os aprendizados, permitindo que outras instituições conheçam e aproveitem as iniciativas.

Inscrições e calendário

As inscrições para a primeira turma são gratuitas e ficam abertas até 23 de dezembro de 2026, pela página oficial do programa. As aulas começam em 12 de janeiro de 2027.

O acompanhamento da iniciativa também considerará indicadores como participação nas atividades, conclusão dos conteúdos, certificações emitidas, práticas implementadas e distribuição dos participantes pelo país.

Papel das instituições

Cada parceiro terá responsabilidades específicas na execução do programa: Banco do Brasil: participa da governança, da articulação institucional, da mobilização dos participantes e do acompanhamento da execução; Tesouro Nacional: contribui para a articulação com a administração pública e acompanha a aplicação das regras relacionadas à Portaria nº 808/2023; Inclusi: desenvolve a metodologia e os conteúdos, oferece a plataforma digital, presta suporte aos alunos, acompanha os indicadores e coordena a certificação e o Banco Nacional de Boas Práticas.

A expectativa dos organizadores é que a capacitação ajude a transformar a inclusão de pessoas com deficiência em uma prática permanente da gestão pública, com soluções que possam ser compartilhadas e reproduzidas em diferentes regiões do país. (Agência Brasil)

AgroNotícias



Mauricio Picazo Galhardo

DÍVIDAS RURAIS

O Plenário do Senado Federal aprovou, o projeto de lei de conversão da Medida Provisória 1.376/2026, que estabelece medidas para a renegociação de dívidas rurais. A proposta segue agora para sanção presidencial, após negociações que garantiram a inclusão de alterações sugeridas pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). As mudanças buscam ampliar o número de produtores contemplados e tornar mais acessíveis as condições de renegociação.

JORNADA DE TRABALHO

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) participou, de audiência de conciliação no Supremo Tribunal Federal (STF) para discutir as alterações na jornada de trabalho. Convocada pelo ministro Flávio Dino, a reunião integra uma ação que questiona as regras de transição da Emenda Constitucional que prevê o fim da escala 6 x 1 e a redução da jornada. Durante a audiência, Rudy Ferraz, diretor jurídico da CNA, argumentou que o setor possui particularidades que precisam ser consideradas na implementação das novas regras.

AGRO PAULISTA

Entre janeiro e outubro de 2026, o agronegócio paulista alcançou superávit de US$ 17,58 bilhões, resultado de exportações de US$ 22,59 bilhões e importações de US$ 5,01 bilhões. Nesse período, o setor respondeu por 35,9% das exportações totais do estado, enquanto as importações do agro representaram 6,4% do volume estadual. O complexo sucroalcooleiro liderou a pauta exportadora, com participação de 26,2% e receita de US$ 5,92 bilhões.

FÓRUM PLANETA CAMPO

Com o apoio do Sistema Faesp/Senar, a sexta edição do Fórum Planeta Campo reuniu, na capital paulista, lideranças do agronegócio e representantes do poder público para discutir o crescimento dos combustíveis renováveis e a participação do setor na matriz energética mundial. Durante o evento, o Canal Rural realizou a entrega da primeira edição do Prêmio Semeador da Paz ao ex-ministro da Agricultura e embaixador da FAO para o Cooperativismo, Roberto Rodrigues.

REUNIÃO DE PRODUTORAS RURAIS

No dia 28 de outubro, a sede da Sociedade Rural Brasileira (SRB), na capital paulista, recebeu o I Encontro do Comitê SRB Mulher. A abertura foi conduzida pela presidente do Comitê de Mulheres da Rural, Lúcia Bortolozzo, e contou com a participação do presidente da entidade, Sérgio Bortolozzo. A programação abordou diferentes assuntos de interesse do agronegócio.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO

O panorama político após as eleições de 2026 e as propostas para aprimorar o financiamento do setor agropecuário foram os principais assuntos da primeira reunião do Comitê de Relações Governamentais da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), na gestão 2026/2027. Realizado em formato híbrido, no dia 4 de novembro, o encontro reforçou a relevância do diálogo institucional e da segurança nas políticas públicas para o fortalecimento das cadeias produtivas.

ÍNDICE DOS PREÇOS DOS ALIMENTOS

Dados recentes divulgados pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) apontam uma leve redução no indicador de referência dos preços mundiais dos alimentos em outubro. A menor demanda por importações contribuiu para a queda mensal dos preços de cereais, laticínios e carnes. O Índice de Preços de Alimentos da FAO, que monitora as variações mensais dos preços internacionais de uma cesta de produtos comercializados globalmente, recuou 1,6 ponto, equivalente a 1,2%, em comparação com o resultado revisado de setembro.

BIOENERGIA DO AGRONEGÓCIO

A bioenergia produzida pelo agronegócio cresceu 16% em cinco anos e passou a representar 29,8% da matriz energética brasileira. O levantamento da FGV Bioeconomia analisa a evolução da oferta de energia renovável entre 1970 e 2025 e evidencia a contribuição do setor agropecuário para o abastecimento de diferentes segmentos da economia. Além de fornecer alimentos, fibras e matérias-primas, o agronegócio brasileiro desempenha papel estratégico na produção e na ampliação da oferta de energia renovável no país. (Com informações de assessorias e ia)

Mauricio Picazo Galhardo é jornalista

AGRO CARTOON PICAZO



FACEBOOK.COM/MAURICE.PICAZO

Economia circular movimenta até R$ 90,7 bi no Brasil, aponta CNI

A economia circular movimenta entre R$ 31 bilhões e R$ 90,7 bilhões no Brasil, segundo levantamento inédito da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Apresentado na 31ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP31), em Antália, na Turquia, o estudo Financiamento para a Economia Circular na Indústria Brasileira, mostra que o país tem um mercado de finanças sustentáveis estimado em R$ 884 bilhões.

Segundo a CNI, os recursos destinados diretamente à circularidade representam entre 3,5% e 10,3% desse total. O percentual é superior à média mundial, de aproximadamente 2%.

Apesar do volume de investimentos, a pesquisa identifica um desequilíbrio na distribuição dos recursos. A maior parte do dinheiro está concentrada em iniciativas de reciclagem, gestão de resíduos e recuperação de materiais, enquanto projetos voltados à prevenção do desperdício, ao desenvolvimento de produtos sustentáveis e ao reaproveitamento de insumos recebem uma parcela menor.

O que é economia circular?

Diferentemente do modelo tradicional de produção e consumo, conhecido como economia linear, a economia circular busca manter materiais e produtos em uso pelo maior tempo possível.

Na economia linear, o modelo é baseado na extração de recursos naturais, fabricação, consumo e descarte. A economia circular propõe reduzir a extração de matérias-primas, evitar a geração de resíduos e aproveitar melhor os recursos naturais em todas as etapas da cadeia produtiva.

Na prática, o modelo envolve iniciativas como: • Design sustentável: desenvolver produtos que usem menos matéria-prima e sejam mais duráveis; • Reutilização: dar novas aplicações a produtos e materiais que ainda podem ser aproveitados; • Reparo: recuperar equipamentos e produtos para prolongar sua vida útil; • Reciclagem: transformar resíduos em matéria-prima para novos processos produtivos; • Eficiência de insumos: reduzir o desperdício de água, energia e materiais durante a fabricação.

O sistema pretende fazer com que os recursos permaneçam circulando na economia, reduzindo impactos ambientais e os custos da atividade industrial.

Recursos concentrados

De acordo com o levantamento da CNI, 80,8% dos recursos identificados para a economia circular são destinados exclusivamente à gestão de resíduos, reciclagem e recuperação de materiais no fim da vida útil dos produtos.

As etapas anteriores à geração de resíduos, que envolvem mudanças no desenvolvimento e na fabricação dos produtos, recebem uma parcela significativamente menor dos investimentos.

O estudo identificou a seguinte distribuição: • 80,8%: gestão de resíduos, reciclagem e recuperação de materiais; • 11,5%: reutilização, reparo e extensão da vida útil de produtos e ativos; • 7,7%: design sustentável, prevenção de resíduos e eficiência no uso de insumos.

Segundo os números, embora a reciclagem seja importante, a economia circular depende de mudanças em toda a cadeia produtiva, desde a concepção dos produtos até sua destinação final.

Como financiar a circularidade

Em nota, o superintendente de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI, Davi Bomtempo, destacou que a economia circular representa uma oportunidade para reduzir custos operacionais e emissões de gases de efeito estufa na indústria de transformação.

Segundo ele, as empresas interessadas em financiar projetos sustentáveis podem recorrer a diferentes instrumentos, como linhas de crédito de bancos públicos e privados, emissão de títulos verdes no mercado de capitais e participação em editais e chamadas públicas de fomento.

Entre as modalidades identificadas pela pesquisa, estão: • Empréstimos verdes (Green Loans): representam 27,9% das operações mapeadas; • Capital de risco (Equity/VC/PE): corresponde a 20,9%; • Financiamento combinado (Blended Finance): responde por 16,3%.

Desafios para avançar

O levantamento também aponta fatores que dificultam a ampliação dos investimentos em economia circular. Para Bomtempo, um dos problemas é a dificuldade de identificar e classificar essas iniciativas dentro do mercado financeiro.

"Primeiro, a agenda de circularidade é transversal: ela perpassa eficiência energética, logística reversa, biodiversidade e uso de bioinsumos. Muitas vezes, essas iniciativas acabam registradas sob as categorias de energia, inovação ou descarbonização, e não especificamente como economia circular", informou o superintendente da CNI durante a apresentação do estudo.

"Em segundo lugar, o próprio conceito ainda é relativamente novo para a sociedade e frequentemente associado apenas à reciclagem", pontuou.

A falta de conhecimento sobre o tema também é um obstáculo. Segundo a pesquisa, apenas 13% dos brasileiros conhecem o conceito de economia circular. A ausência de critérios claros de enquadramento pode fazer com que projetos com potencial de circularidade sejam classificados em outras categorias de financiamento sustentável.

Indústria concentra operações

O estudo analisou operações financeiras realizadas entre 2020 e 2025 e identificou diferenças entre as fontes de recursos e os setores beneficiados.

Entre os principais resultados estão: • Setor público: concentra R$ 44 bilhões em sete grandes participações; • Bancos privados: apresentam maior capilaridade operacional, com 12 transações mapeadas; • Indústria da Transformação: absorve 46,4% das operações; • Serviços Industriais de Utilidade Pública: representam 32,1% das operações.

Entre os subsetores com maior participação estão borracha e materiais plásticos, com 21,4%, coleta e tratamento de resíduos, com 14,3%, e tecnologia, também com 14,3%.

A pesquisa identificou ainda entraves para empresas e instituições financeiras. Do lado da indústria, os principais problemas são o custo elevado do crédito, as exigências de garantias reais e a falta de previsibilidade na liberação dos recursos.

Já as instituições financeiras apontam a fragmentação de projetos de menor porte e a ausência de critérios técnicos padronizados para avaliar e classificar investimentos em ativos circulares.

Meta global até 2035

Os resultados do levantamento também dialogam com o compromisso voluntário da Agenda de Ação da COP31, que prevê elevar a taxa global de uso circular de materiais para pelo menos 15% até 2035. Atualmente, esse índice está em 6,9%.

Para ampliar o acesso aos recursos, a CNI defende a harmonização dos critérios de elegibilidade dos projetos com a Taxonomia Sustentável Brasileira e as diretrizes da International Finance Corporation (IFC).

A entidade também aponta a necessidade de expandir mecanismos de financiamento combinado e fundos garantidores, especialmente para proteger pequenas e médias empresas que investem em inovação e novas soluções para o aproveitamento de materiais.

Na avaliação da CNI, o atingimento da meta global depende da integração entre o setor produtivo e o mercado financeiro. A confederação defende a construção de pontes para que os recursos não fiquem restritos ao tratamento do lixo, mas cheguem à etapa de concepção, redesenho de processos, reuso e substituição de matérias-primas. (Agência Brasil)

Pix faz 6 anos com 154 mi de usuários e 1 bi de chaves

O Pix completa seis anos na segunda-feira (16), com 154 milhões de usuários pessoas físicas e 14 milhões de empresas ativas.

Criado pelo Banco Central em 2020, o sistema ultrapassou a marca de 1 bilhão de chaves cadastradas em 2026 e se tornou parte da rotina de pagamentos de brasileiros e empresas.

O crescimento também aparece no volume de operações. Em 2025, foram quase 80 bilhões de transações que movimentaram mais de R$ 35 trilhões, uma alta de 25,7% em relação ao ano anterior. Até outubro deste ano, já haviam sido realizadas 76 bilhões de operações. O recorde diário foi registrado em 6 de novembro, com 319,7 milhões de transações.

O BC atualiza constantemente as regras do sistema de pagamentos, como no rastreamento de recursos transferidos em golpes por meio do MED (Mecanismo Especial de Devolução). Outras normas foram regulamentadas e começam a valer em 2027, entre elas a exigência de autorização prévia para ofertas de crédito durante uma transação Pix. (Folhapress)

Depois de liminar, entidade pede mais tempo para se adaptar às novas regras de VA e VR

Após obter uma liminar judicial que suspendeu os efeitos das novas regras para os vouchers de vale-alimentação (VA) e vale-refeição (VR) na última segunda-feira (9), a ABBT (Associação Brasileira das Empresas de Benefícios ao Trabalhador) fala em "conciliação" com o governo.

Em sua primeira entrevista como presidente executiva da entidade, Viviane Mansi, 46, usa o verbo conciliar ou variações dele uma vez a cada minuto. A entidade diz estar tentando diálogo com o governo para encontrar um caminho para se adaptar às novas regras do setor.

"Eu entendo todo o desgaste que o processo causa, quando é judicializado, mas a gente também tentou muitas outras coisas antes disso [da ação]", afirma Mansi, que estará em Brasília na próxima semana em busca de uma agenda com pessoas ligadas ao Ministério do Trabalho e Emprego. "Não é só desgastante para o governo, também é desgastante para nós."

A ABBT representa os interesses de mais de 20 empresas que operam no âmbito do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), entre elas as líderes de mercado: Alelo, Pluxee, Ticket e VR. Juntas, essas quatro empresas têm uma participação de cerca de 80% do mercado de benefícios no Brasil.

A entidade diz que as regras impostas por decreto pelo governo em novembro de 2025 são complexas e de difícil adoção. É alvo de discussão, sobretudo, o repasse das vendas aos estabelecimentos comerciais em um prazo máximo de 15 dias -antes o mercado trabalhava com um prazo médio estimado de 60 dias.

"A gente quer chegar a um acordo que seja mais fácil de operar, especialmente para as pequenas [empresas de benefícios], porque elas sofrem mais com os 15 dias do que as grandes", diz Mansi.

Além de reduzir o prazo para repasse das vendas aos lojistas, as novas regras estabelecidas por decreto pelo governo Lula preveem um teto de até 3,6% nas taxas cobradas pelas operadoras sobre os estabelecimentos e a ampliação da aceitação dos cartões no setor.

Hoje, as empresas líderes do mercado atuam em um regime de arranjo fechado, em que os vouchers não são aceitos em qualquer máquina de cartão.

No primeiro dia útil para a implementação das novas regras, o juiz Frederico Botelho de Barros Viana, da 22ª Vara Federal Cível da Justiça do Distrito Federal, decidiu suspender a adoção das novas regras pelas empresas ligadas à ABBT. O magistrado argumentou que o Executivo "não detém competência para fixar essas limitações de mercado por decreto".

A nova regulamentação, no entanto, está sendo seguida pelas demais empresas do mercado, que não foram incluídas na decisão de Viana, o que tem gerado insatisfação pelas concorrentes da ABBT, que apontam um cenário de insegurança jurídica.

A CBBT (Câmara Brasileira de Benefícios ao Trabalhador) disse, em nota, que acredita que a decisão "será prontamente revista para restabelecer os avanços conquistados com o decreto". "Segurança jurídica e previsibilidade dependem de regras iguais para todas as empresas do programa".

Para empresas como Caju, Flash, Swile e iFood Benefícios, uma das mudanças sentidas foi a adaptação ao trilho "voucher", com os cartões de VA e VR dessas empresas deixando de ser processados pela antiga função de "crédito". As empresas também precisam se adaptar às novas regras para o repasse em até 15 dias.

A reportagem apurou que o governo tenta, por meio da AGU (Advocacia-Geral da União), derrubar a liminar favorável às empresas que fazem parte da ABBT.

"Essa bagunça quem criou foi o decreto, não a liminar. [A decisão] cria insegurança jurídica? Claro, inclusive para nós. Por isso que a gente quer conciliar com o governo rapidamente. Quanto antes a gente sentar pra conversar com o governo, mais clareza a gente traz para todo mundo", diz a presidente da ABBT.

A ABBT diz não ser contrária às novas regras para o setor, mas pede que haja um período maior para testes e adaptação pelo mercado. "Se a gente fizer um modelo e testar para garantir que ele dá certo e é estável, que dá conta de um ambiente tão complexo, a gente põe em operação", diz Mansi. "A gente precisa de mais tempo."

"Eu não quero uma decisão que represente unicamente a ABBT, só que a gente precisa sentar e conversar todos juntos, porque as mudanças, além de serem complexas, trazem repercussões de longo prazo."

Criado em 1976, o PAT atende de cerca de 22 milhões de trabalhadores por meio de mais de 300 mil empresas atualmente e movimenta cerca de R$ 170 bilhões por ano. A estimativa é que, no futuro, o programa poderá alcançar mais de 40 milhões de trabalhadores. (Agência Brasil)

Fim de subsídio ao diesel importado eleva custo e preço deve subir nas bombas

O fim da subvenção ao diesel importado eleva o custo do combustível no país em R$ 0,42 por litro, segundo cálculo de uma grande empresa do setor. O repasse às bombas dependerá das políticas comerciais de cada distribuidora e posto de gasolina.

Na última sexta-feira (13), o governo Lula (PT) anunciou que não renovaria o subsídio à importação, de R$ 1,40 por litro, que havia sido criado em outubro, às vésperas do segundo turno da eleição. O Ministério da Fazenda não deu maiores explicações sobre o que motivou a decisão.

A interrupção da subvenção foi anunciada em um momento de petróleo em queda, mas de dólar em alta, o que mantém a pressão sobre os preços internos dos combustíveis, principalmente o diesel.

Segundo estimativa da consultora Stone X, o preço do produto vendido nas refinarias da Petrobras equivalia à metade do custo de importação na abertura do mercado desta segunda (16). É uma diferença de R$ 3,28 por litro, não coberta pelo subsídio ainda vigente, de R$ 2,12 por litro.

Na avaliação de executivos do setor, o fim do subsídio ao diesel importado joga pressão sobre a Petrobras em duas frentes. A primeira é o aumento da defasagem em relação ao preço do diesel comprado pela estatal no exterior.

A segunda é uma possível corrida de distribuidoras de combustíveis pelo produto nas refinarias da estatal, já que o diesel importado perde competitividade. As importações representam atualmente cerca de 30% do consumo brasileiro do combustível.

As grandes distribuidoras, que importam diesel para cumprir contratos com seus revendedores, devem repassar a alta de custos com o fim da subvenção.

Nas bombas, o preço do combustível vem caindo desde a primeira semana de outubro: passou de R$ 7,36 por litro a R$ 7,29 por litro na semana passada. É um valor menor do que o pico de R$ 7,58 após o início da guerra no Irã, mas maior do que os cerca de R$ 6 vigentes antes do conflito.

O fim da subvenção amplia expectativas sobre reajuste de preços na Petrobras, que não mexe no preço do diesel em suas refinarias desde setembro, quando promoveu aumento de R$ 1 por litro após anúncio de subsídio de mesmo valor.

Analistas projetam que o combustível seguirá caro no mercado internacional, mesmo com a retomada de fluxos no estreito de Hormuz.

Esperamos que os preços do petróleo se normalizem, enquanto os preços dos derivados cedem, mas permanecem bem acima da média", escreveram os analistas do banco americano Goldman Sachs em relatório a clientes divulgado nesta segunda.

Segundo eles, a capacidade global de refino deve crescer só 0,4 milhão de barris por dia em 2027, as exportações de derivados do golfo Pérsico seguem 60% abaixo da média de 2025 e os ataques a refinarias russas devem manter a produção do país limitada. (Folhapress)

Ministério da Saúde abre processo seletivo com salários de até R$ 10,3 mil

O Ministério da Saúde abriu processo seletivo simplificado para contratar 300 profissionais temporários, com salários de até R$ 10.354,29. A remuneração mais alta é destinada ao cargo de gestor, que exige formação superior em áreas como administração, direito e saúde. A seleção também oferece vagas para técnico administrativo e analistas de diferentes especialidades.

As inscrições devem ser feitas até as 23h59 de 14 de dezembro, pelo site do Instituto Avalia, responsável pela organização do processo. A taxa é de R$ 60 para todos os cargos. O edital prevê isenção para candidatos inscritos no CadUnico, integrantes de famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa e doadores efetivos de medula óssea.

A seleção terá prova objetiva, marcada para 17 de janeiro de 2027, com duração de quatro horas. Os candidatos também poderão ser avaliados por títulos, certificações e experiência profissional, etapa de caráter classificatório. O resultado final está previsto para 30 de março.

Todos os cargos exigem diploma de ensino superior e têm jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Os contratados também terão direito a auxílio-alimentação de R$ 1.192, além de auxílio-transporte e auxílio pré-escolar, quando aplicável. O regime de trabalho será integralmente presencial.

As contratações terão duração inicial de um ano, com possibilidade de prorrogação, desde que justificada pela necessidade de conclusão das atividades previstas pelo Ministério da Saúde.

As vagas estão distribuídas entre Distrito Federal, Pará, Minas Gerais, Paraná, Goiás, Pernambuco e São Paulo. A lotação poderá ocorrer em Brasília, Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Recife e São Paulo.

O edital completo, com os requisitos específicos de cada cargo, a distribuição das vagas por estado e o conteúdo programático das provas, está disponível aqui (https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/concursos-e-selecoes/processo-seletivo-simplificado/2026/edital-no-1-2026-ministerio-da-saude-ms/edital.pdf). (Folhapress)

Renaissance Solutions Ltda.

CNPJ Nº 56.912.999/0001-08 - NIRE Nº 35.264.699.938

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Por meio do presente Edital de Convocação ("Edital"), a **RENAISSANCE SOLUTIONS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 18.801, conjuntos 407/408, Jardim Dom Bosco, CEP 04.757-025, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 56.912.999/0001-08, com seu Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o NIRE 35.264.699.938 ("Sociedade"), convoca os sócios da Sociedade a reunirem-se em Reunião de Sócios da Sociedade, no próximo dia **24 de novembro de 2026, às 16:00h**, em primeira convocação, na sede da Sociedade, nos termos do Art. 1.080-A da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), para apresentação, discussão, debates e deliberação acerca da seguinte ORDEM DO DIA: (i) Análise e deliberação acerca da possível exclusão extrajudicial de sócio da Sociedade, por justa causa, em razão de alegados descumprimentos de obrigações societárias e contratuais, bem como de possíveis falhas no exercício de suas atribuições e responsabilidades relacionadas a procedimentos de controle e autorização de operações financeiras, nos termos do artigo 1.085 do Código Civil e da Cláusula 11.1 do Acordo de Cotistas da Sociedade; (ii) caso aprovada a exclusão, deliberação sobre as providências societárias necessárias à sua formalização, inclusive a correspondente alteração do Contrato Social; e (iii) análise e deliberação acerca da revisão da remuneração de sócio da Sociedade, em razão do acúmulo de funções e da ampliação de suas atribuições e responsabilidades, nos termos da Cláusula 6.3 do Acordo de Cotistas. Os documentos que fundamentam as matérias constantes da ordem do dia, incluindo a ata notarial relativa aos fatos que motivam a possível exclusão, estão sendo encaminhados aos endereços eletrônicos dos respectivos sócios e permanecerão à disposição para consulta e obtenção de cópias, mediante solicitação à Sociedade pelos endereços eletrônicos henrique@vincisociety.com e tay@vincisociety.com A Sociedade ressalta que a Reunião de Sócios será instalada, em primeira convocação, com a presença de sócios titulares de, no mínimo, 3/4 (três quartos) das quotas representativas do capital social da Sociedade, sendo que, para a aprovação da ordem do dia, será observado o quórum previsto no artigo 1.085 do Código Civil.

São Paulo, 13 de novembro de 2026.
RENAISSANCE SOLUTIONS LTDA.
p. Tayana Loureiro Dantas e Henrique Guedes da Silva Paulino - *Administradores*

LINEAGRO PRODUTOS AGROPECUÁRIOS S.A.

CNPJ nº 21.018.928/0001-73 - NIRE 35.300.702.581

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Conselho de Administração da **LINEAGRO PRODUTOS AGROPECUÁRIOS S.A.** ("Companhia"), nos termos do artigo 6º, § 2º, de seu Estatuto Social, convoca os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a realizar-se no dia 1º de dezembro de 2026, às 9h30, em primeira convocação, ou , em segunda convocação, em data e horário a constar de edital a ser oportunamente divulgado pela Companhia, exclusivamente de modo digital, com participação e votação remotas, por meio da plataforma Microsoft Teams ("Sistema Eletrônico"), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) aprovar a lavratura da ata da AGE em forma de sumário dos fatos ocorridos e das deliberações tomadas, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."); (b) aprovar o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Supremax Nutrição Animal Ltda. pela Lineagro Produtos Agropecuários S.A. ("Protocolo e Justificação"), celebrado entre a Companhia e a SUPREMAX NUTRIÇÃO ANIMAL LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 09.502.005/0001-97, NIRE 11.200.489.487, com sede na Rodovia BR 364, s/nº, Km 513, Lote 16-A, Gleba 04, Área de Chácara, CEP 76.870-970, Ariquemes/RO ("Supremax" ou "Incorporada"); (c) ratificar a nomeação e contratação da empresa de avaliação Veracruz Investimentos Ltda., empresa de auditoria externa independente, inscrita no CNPJ sob o nº 17.160.120/0001-59, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, Torre Norte, Sala 12-104, Brooklin Paulista, CEP 04.578-910, São Paulo/SP, cujos responsáveis têm registro junto ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRC/SP) sob os nºs 1SP350716, 1SP131447/O-0 e 1SP121230/O-9 ("Empresa Avaliadora"), na qualidade de empresa especializada para elaboração do laudo de avaliação patrimonial contábil da Supremax para fins de incorporação da Supremax pela Companhia; (d) aprovar o laudo de avaliação do valor contábil do patrimônio líquido da Supremax, para fins de incorporação pela Companhia, elaborado pela Empresa Avaliadora, o qual avaliou a totalidade do patrimônio líquido da Supremax em R$ 66.945.379,18 (sessenta e seis milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, trezentos e setenta e nove reais e dezoito centavos) na data-base de 30 de setembro de 2026 ("Laudo de Avaliação"); (e) aprovar a proposta de incorporação da Supremax pela Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação, com a consequente extinção da Incorporada e sucessão universal pela Companhia em seus bens, direitos e obrigações; (f) consignar que a incorporação não implicará aumento do capital social da Companhia nem emissão de novas ações, por ser a Companhia titular da totalidade das quotas representativas do capital social da Supremax, e que a operação não resultará na abertura, alteração ou extinção de filiais da Companhia; (g) autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação, formalização e registro da incorporação, inclusive ratificar os atos já praticados em sua preparação; e (h) aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia. O Protocolo e Justificação e o Laudo de Avaliação, bem como os demais documentos relacionados à ordem do dia, estarão disponíveis para exame pelos acionistas na sede da Companhia, localizada na Rua do Rócio, nº 291, 4º andar, Vila Olímpia, CEP 04.552-000, São Paulo/SP, e mediante solicitação ao Departamento Jurídico, pelo e-mail contato.juridico@axiaagro.com. Para habilitação na AGE, os acionistas ou seus representantes deverão encaminhar ao Departamento Jurídico, pelo endereço eletrônico acima: (a) documento de identificação; (b) atos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) procuração, se a participação ocorrer por procurador, observados os requisitos do artigo 126 da Lei das S.A. e do artigo 654 do Código Civil. A Companhia encaminhará oportunamente aos acionistas habilitados o link de acesso à reunião. Recomenda-se o uso de equipamento com conexão à internet, câmera e microfone, de modo a permitir identificação, participação e votação em tempo real. São Paulo/SP, 16 de novembro de 2026. **Marcos de Mello Mattos Haaland** - Presidente do Conselho de Administração.

Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda.

CNPJ/MF nº 40.223.893/0001-59 - NIRE nº 35.2.2348127-0

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 14 de Outubro de 2026

1. Data, Hora e Local: Às 15 horas do dia 14 de outubro de 2026, realizou-se Reunião do Conselho de Administração da **Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda.** ("Sociedade") na sede social localizada na cidade de Barueri, São Paulo, na Avenida Tamboré, nº 267, 15º andar, conjunto 151-B, Bloco Norte, CEP 06460-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensados os procedimentos de convocação, considerando a participação da integralidade dos membros do Conselho de Administração da Sociedade, a saber: Sr. Maximiliano Alejandro Villanueva, Presidente do Conselho; Sr. Benoît Joseph Marie Piveteau e Sr. Eduardo Fabiano Alves da Silva. **3. Mesa:** Sr. Maximiliano Alejandro Villanueva, Presidente; e Sr. Vítor de Araujo Cardoso, Secretário. **4. Ordem do Dia:** Tomar conhecimento sobre a renúncia do Diretor Marcelo Suman Mascaretti e deliberar sobre (i) a eleição do Sr. Rafael Rovira Iazzetti, para o cargo de Diretor sem Designação Específica; e (ii) a ratificação da composição da Diretoria Executiva da Sociedade. **5. Conhecimento e Deliberação:** Os membros do Conselho de Administração da Sociedade tomaram conhecimento sobre a renúncia do Diretor **Marcelo Suman Mascaretti**, conforme carta de renúncia assinada em 03 de setembro de 2026, e aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas, conforme abaixo: 5.1. Eleger o Sr. **Rafael Rovira Iazzetti**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, diretor, portador do RG nº 32.977.156-5 e inscrito CPF/MF sob nº 336.401.928-26, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na cidade de Barueri, São Paulo, na Avenida Tamboré, nº 267, 15º andar, conjunto 151-B, Bloco Norte, CEP 06460-000, para ocupar o cargo de Diretor sem Designação Específica da Companhia, com mandato até 19 de fevereiro de 2029. O Diretor ora eleito declarou não estar impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou quaisquer outros crimes que o impediram de exercer atividades mercantis, cuja posse dar-se-á mediante a assinatura do respectivo termo de posse; 5.2. Ratificar, ante a deliberação acima, a atual composição da Diretoria, cujos membros têm mandato unificado até 19 de fevereiro de 2029, conforme segue: **5.1 Diretor Presidente: François Dominique Philippe Tritz**, francês, casado, mestre em gestão, portador do passaporte francês nº 18HE66449, inscrito no CPF/MF sob o nº 718.850.731-78, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial localizado na cidade de Barueri, São Paulo, na Avenida Tamboré, nº 267, 15º andar, conjunto 151-B, Bloco Norte, CEP 06460-000; **5.2 Diretor sem Designação Específica: Rafael Rovira Iazzetti**, brasileiro, casado, diretor, portador do RG nº 32.977.156-5 e inscrito CPF/MF sob nº 336.401.928-26, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na cidade de Barueri, São Paulo, na Avenida Tamboré, nº 267, 15º andar, conjunto 151-B, Bloco Norte, CEP 06460-000. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada, lida, aprovada e assinada pelos presentes. **7. Assinaturas: Mesa:** Presidente: **Maximiliano Alejandro Villanueva**, Secretário: **Vitor de Araujo Cardoso**. **Conselheiros:** Maximiliano Alejandro Villanueva, Benoît Joseph Marie Piveteau e Eduardo Fabiano Alves da Silva. Barueri/SP, 14 de outubro de 2026. Mesa: **Maximiliano Alejandro Villanueva** - Presidente; **Vitor de Araujo Cardoso** - Secretário; **Membros do Conselho de Administração: Maximiliano Alejandro Villanueva** - Membro do Conselho de Administração; **Eduardo Fabiano Alves da Silva** - Membro do Conselho de Administração - **Benoît Joseph Marie Piveteau** - Membro do Conselho de Administração. **JUCESP** nº 420.504/26-6 em 04/11/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

CRUZ VERMELHA BRASILEIRA

07.127.753/0001-01

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Em conformidade com o disposto no Artigo 30 do Estatuto Social e dos Artigos 10 e 11 do Regulamento Nacional da Cruz Vermelha Brasileira ("CVB"), ficam convocados os Senhores Membros da Assembleia Geral Estadual ("AGE") da Cruz Vermelha Brasileira – Filial de São Paulo ("CVSP") para se reunirem em Sessão Ordinária do ano de 2026. A reunião será realizada de forma presencial, na Avenida Moreira Guimarães, 699, Indianópolis, São Paulo-SP, no dia 3 de dezembro de 2026, às 15:45h, em primeira convocação com a maioria dos seus membros e, às 16:00h, em segunda convocação, com qualquer número, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovação/ratificação das prestações de contas e demonstrações financeiras referentes ao ano de 2025; (ii) Aprovação/ratificação do Relatório Anual de Atividades ano 2025; (iii) Explanações e aprovação do orçamento anual para o exercício de 2027; (iv) Eleição ou reeleição de 7 (sete) Conselheiros para a Assembleia Geral Estadual (AGE), sendo: a) 1 (uma) vaga para mandato de 2 (dois) anos, de 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2028; b) 1 (uma) vaga para mandato de 3 (três) anos, de 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2029 e c) 5 (cinco) vagas para mandatos de 4 (quatro) anos, de 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2030; (v) Eleição ou reeleição de 6 (seis) Conselheiros para a Junta de Governo Estadual (JGE), sendo: a) 3 (três) vagas para mandatos de 1 (um) ano, de 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2027 e b) 3 (três) vagas para mandatos de 4 (quatro) anos, de 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2030; (vi) Eleição ou reeleição de 2 (dois) membros da Comissão Estadual de Ética, para mandatos de 4 (quatro) anos, de 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2030; (vii) Eleição ou reeleição de 2 (dois) membros da Comissão Estadual de Mediação, para mandatos de 4 (quatro) anos, de 1º de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2030; (viii) Outros assuntos de interesse.

São Paulo, 16 de novembro de 2026.
João Adamo Junior
Presidente

ESCALA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ: 20.260.972/0001-22

COMUNICADO DE REDUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL

ESCALA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 20.260.972/0001-22, com sede na Capital do Estado de São Paulo na Rua Joaquim Antunes, n.º 1.061, Pinheiros, CEP 05415-000, e NIRE 35.2.3454234-8, comunica aos seus sócios e ao público em geral que, foi aprovada por unanimidade pelos sócios a redução do capital social da empresa no valor de R$ 2.447.414,00, passando de R$ 9.102.000,00 para R$ 6.654.586,00. A redução do capital social foi realizada em conformidade com os artigos 1.082 e 1.084 da Lei 10.406/2002, devido a ser excessivo em relação ao objeto da sociedade. A redução do capital foi feita restituindo-se proporcionalmente parte do valor das quotas aos sócios, em bens imóveis, conforme detalhamento na décima primeira alteração contratual a ser registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo após o prazo legal de 90 dias, conforme exigido pela legislação vigente.

São Paulo, 16/11/2026
LUIZ SÉRGIO ARANTES (administrador)

FEDERAÇÃO PAULISTA DE FUTEBOL DE MESA
www.futmesa.com.br futmesa@futmesa.com.br
CNPJ. 52.801.131/0001-71 - CCM. 9.049.785-6

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A **FEDERAÇÃO PAULISTA DE FUTEBOL DE MESA – FPFM**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, sediada no endereço sito a Rua Brigadeiro Jordão, 686, sala 2, no bairro do Ipiranga, São Paulo/SP, CEP 04210-000, com CNPJ sob nº 52.801.131/0001-71, vem convocar os seus filiados de acordo com o artigo 20 de seu Estatuto, paragrafo primeiro, inscritos e detentores do direito de voto, a comparecer a ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a ser realizada no dia 28 de novembro de 2026 em sua sede endereço acima, as 09:30 horas em primeira chamada e em segunda chamada as 10:00 horas, com a seguinte ordem do dia: 1) Aprovação de contas da gestão; 2) Eleição da presidência, vice presidência e membros do conselho fiscal, para o mandato de 4 (quatro) anos, esta chapa eleita toma posse em 1 de janeiro de 2027. A Federação informa e solicita que somente os representantes devidamente credenciados poderão representar seus clubes.

São Paulo, 11 de novembro de 2026.
José Jorge Farah Neto
Presidente

ILUMINA SUMARÉ SPE S.A.

CNPJ nº 53.637.892/0001-00 - NIRE nº 35300631153

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 22/10/2026

DATA, HORA E LOCAL: No dia 22/10/2026, às 09:00 horas, na sede da empresa situada à Avenida da Amizade nº 4346, Parque Euclides Miranda, Sumaré-SP, CEP 13174-530. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença de acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas, a saber: ENGELUZ ILUMINAÇÃO E ELETRICIDADE LTDA (CNPJ 85.489.078/0001-74); TECNOLUZ ELETRICIDADE LTDA (CNPJ 01.396.138/0001-14); HUBB NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA (CNPJ 23.907.433/0001-20); FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO LTDA (CNPJ 00.900.846/0001-88); e SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA LTDA (CNPJ 29.663.701/0001-92). **MESA -** Presidente: Sr. RODSON LUIZ LOPES; Secretário: Sr. RONALDO ALVES DOS REIS. **ORDEM DO DIA -** Apreciar e deliberar sobre: (a) alteração do endereço da sede da Companhia; (b) alteração da redação do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia; e (c) consolidação do Estatuto Social da Companhia. **DELIBERAÇÕES -** Após avaliar as matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas da Companhia, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas, deliberaram: **(a)** alterar a sede da Companhia da Avenida da Amizade nº 4346, Parque Euclides Miranda, Sumaré-SP, CEP 13174-530, para a Rua Angelo Ongaro, nº 1205, Quadra A, Lote 11, Jardim Residencial Ravagnani, Sumaré-SP, CEP 13171-440; **(b)** em razão da deliberação acima, alterar a redação do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar da seguinte forma: **"Artigo 2º -** *A Companhia tem sua sede, foro e domicílio na cidade de Sumaré, estado de São Paulo, na Rua Angelo Ongaro, nº 1205, Quadra A, Lote 11, Jardim Residencial Ravagnani, CEP 13171-440, podendo abrir ou fechar filiais, agências, sucursais, depósitos ou escritórios de representação em qualquer parte do território nacional, mediante deliberação da Diretoria, observadas as restrições legais a respeito."* **(c)** em razão das deliberações acima, consolidar o Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante do **Anexo I** à presente ata, a qual, lida e achada conforme, foi aprovada por unanimidade e integra esta ata para todos os fins de direito. **ENCERRAMENTO -** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião, sendo lavrada esta Ata, redigida na forma prevista pelo Artigo 130 da Lei nº 6.404/1976, a qual foi lida, aprovada e assinada por todos. Sumaré-SP, 22/10/2026. **Acionistas Presentes: ENGELUZ ILUMINAÇÃO E ELETRICIDADE LTDA -** Representada por: Sr. Rodson Luiz Lopes. **TECNOLUZ ELETRICIDADE LTDA -** Representada por: Sr. Renan Rawlyk Lopes. **FORTNORT DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E URBANO LTDA -** Representada por: Sr. Caio Marco de Stefano. **HUBB NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA -** Representada por: Sra. Talita de Paulo. **SEVEN ENGENHARIA E CONSULTORIA ELÉTRICA LTDA -** Representada por: Sr. Edson Jose Lopes das Neves. **Mesa: RODSON LUIZ LOPES -** Presidente, **RONALDO ALVES DOS REIS -** Secretário. **JUCESP** nº 424.118/26-9 em 13/11/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
DISTRITO DE JD. SÃO LUÍS
OFICIAL - DRª EVANICE CALLADO RODRIGUES DOS SANTOS

Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

Wellerson de Oliveira Pimentel, brasileiro, solteiro, nascido aos 13/10/1999, coordenador de projetos, natural de Magé - RJ, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Celso Pereira Pimentel e de Elza de Oliveira Calixta; e **Nataly Santos Sacramento,** brasileira, divorciada, nascida aos 12/11/1998, técnica de segurança no trabalho, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Mario Cesar Sacramento e de Cintia Andrade Santos.

Felipe Salton Fernandes, brasileiro, solteiro, nascido aos 13/11/2001, empresário, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de João Carlos Fernandes e de Sueli Aparecida Salton; e **Giovanna Lidorio de Jesus,** brasileira, solteira, nascida aos 24/09/2001, analista administrativo junior, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Andreilton Barbosa de Jesus e de Rosangela Lidorio Alves Pinto.

Jean Carlos Castellini, brasileiro, solteiro, nascido aos 29/06/1994, policial militar, natural de Sarandi - PR, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Denice Castellini; e **Jessica Buzon Ribeiro,** brasileira, solteira, nascida aos 25/08/1993, advogada, natural de Santo André - SP, residente e domiciliada em Santo André - SP, filha de Celso Luiz Ribeiro e de Patricia de Souza Buzon.

Edilson Rodrigues da Silva, brasileiro, solteiro, nascido aos 18/05/1988, instalador de cortinas, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Antonio Rodrigues da Silva e de Elizabeth Rodrigues Correa; e **Valquiria Júlia Lessa Doreij,** brasileira, divorciada, nascida aos 03/09/1991, costureira, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Antonio Doreij e de Edna Maria Lessa.

Marcio Nunes da Silva, brasileiro, divorciado, nascido aos 11/02/1978, empresário, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Ilson Nunes da Silva e de Maria Nunes da Silva; e **Bruna Reis Carvalho,** brasileira, solteira, nascida aos 31/08/1996, manicure, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Francisco Jose de Carvalho e de Vera Lucia Isabel dos Reis.

Henrique Fagundes de Albuquerque, brasileiro, solteiro, nascido aos 13/11/1992, açougueiro, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de José Ricardo de Albuquerque e de Marta Fagundes Jacome; e **Adriane Miguel Reis,** brasileira, solteira, nascida aos 01/06/2001, auxiliar adminstrativo, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Geraldo da Paixão e de Renata Ruth Miguel.

João Paulo Batista Maia, brasileiro, solteiro, nascido aos 27/03/1985, funileiro industrial, natural de Patu - RN, residente e domiciliado em Guarulhos - SP, filho de João Batista dos Santos e de Carmem Lucia Maia dos Santos; e **Mayara Luisa Gomes Silva,** brasileira, solteira, nascida aos 13/02/1990, professora, natural de Serra Talhada - PE, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Marco Jose da Silva e de Maria Goret Gomes Barbosa Silva.

Ronilson Santos do Vale, brasileiro, solteiro, nascido aos 06/09/2000, eletricista, natural de São Félix - BA, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Paulo Araujo do Vale e de Antonia Araujo Santos do Vale; e **Tamila dos Santos Casaes,** brasileira, solteira, nascida aos 16/02/2002, subgerente de loja de calçados, natural de Salvador - BA, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Edmario Pereira Casaes e de Shirlene Coutinho dos Santos.

Guilherme Gomes Pereira, brasileiro, solteiro, nascido aos 13/11/2004, auxiliar de almoxarifado, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Osmailton Santos Pereira e de Ruth Gomes Pereira; e **Geovana Émila da Silva Gomes,** brasileira, solteira, nascida aos 11/10/2004, do lar, natural de Garanhuns - PE, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Renildo das Neves Gomes e de Juracilda Madalena da Silva.

Dario Marcelo da Conceição, brasileiro, solteiro, nascido aos 28/11/1985, pintor de construção civil, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Maria Aparecida Marcela da Conceição; e **Diéllen Ribeiro de Lima,** brasileira, solteira, nascida aos 28/01/1983, enfermeira, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Daniel Monteiro de Lima e de Maria Irene Ribeiro de Lima.

Andre Oliveira da Silva, brasileiro, divorciado, nascido aos 06/06/1971, motorista, natural de Osasco - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Inaldo Correia da Silva e de Antonia Oliveira da Silva; e **Tatiane Lopes da Silva,** brasileira, divorciada, nascida aos 08/02/1987, monitora escolar, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Lucia Maria Lopes Pereira.

Alvescleis José da Silva, brasileiro, solteiro, nascido aos 30/09/1985, motorista, natural de Palmares - PE, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Jose Francisco da Silva e de Maria Sebastiana de Arantes; e **Simone Gomes Mendes,** brasileira, solteira, nascida aos 24/11/1985, professora, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Valdomiro Mendes e de Valdelice Gomes.

Diogo de Oliveira Camilo, brasileiro, solteiro, nascido aos 03/10/2003, sushiman, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de Ricardo de Oliveira Camilo e de Barbara Cristina de Oliveira; e **Aparecida Rosa dos Santos,** brasileira, solteira, nascida aos 17/07/1991, líder de restaurante, natural de São Paulo - SP, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Roberto Vicente dos Santos e de Edi Rosa dos Santos.

André Gomes da Silva, brasileiro, solteiro, nascido aos 21/02/1975, cinegrafista, natural de Surubim - PE, residente e domiciliado em São Paulo - SP, filho de José Francisco da Silva Filho e de Josefa Rosa Gomes da Silva; e **Eliane da Silva Brito,** brasileira, solteira, nascida aos 12/08/1984, enfermeira, natural de Surubim - PE, residente e domiciliada em São Paulo - SP, filha de Pedro Barbosa de Brito e de Eliza da Silva Brito.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Editais afixados em cartório.

BARUERI ENERGIA RENOVÁVEL S.A.

CNPJ nº 14.641.895/0001-58

Balanços patrimoniais intermediários em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro 2025 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	**30/09/26**	**31/12/25**
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	6.024	132.973
Contas a receber	10.342	-
Outros ativos	1.464	2.177
Tributos a recuperar	10.426	7.523
Total do ativo circulante	**28.256**	**142.673**
Ativo não circulante		
Outros ativos	359	1.097
Partes relacionadas	1.603	1.233
Depósitos judiciais	4.744	4.744
Tributos a recuperar	-	498
Imobilizado em andamento	843.538	596.132
Intangível	1	2
Total do ativo não circulante	**850.245**	**603.706**
Total do ativo	**878.501**	**746.379**
Passivo e patrimônio líquido	**30/09/26**	**31/12/25**
Passivo circulante		
Fornecedores	69.307	44.236
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6.676	-
Salários e encargos	595	-
Obrigações tributárias	704	483
Outros passivos	578	618
Total do passivo circulante	**77.860**	**45.337**
Passivo não circulante		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	534.963	434.180
Contas a pagar	387	387
Partes relacionadas	8.848	9.682
Provisões para contingências	4.752	4.581
Total do passivo não circulante	548.950	448.830
Patrimônio líquido		
Capital social	274.755	274.755
Prejuízos acumulados	(23.064)	(22.543)
Total do patrimônio líquido	**251.691**	**252.212**
Total do passivo e patrimônio líquido	**878.501**	**746.379**

Demonstrações do resultado abrangente intermediárias para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025 (Em milhares de reais - R$)

	30/09/26	**30/09/25**	**De 01/07/26 a 30/09/26**	**De 01/07/25 a 30/09/25**
Prejuízo do período	(521)	(2.078)	(92)	(606)
Resultado abrangente	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	**(521)**	**(2.078)**	**(92)**	**(606)**

Barueri Energia Renovável S.A.
Leonardo Roberto P. dos Santos - CPF: 218.498.438-80
Administrador
Domingues e Pinho Contadores Ltda. CRC-RJ 001137/O-0
Rejane Paulo Xavier Leite
Contadora - CRC-RJ 070.494/O-6
Marluci Azevedo Rodrigues
Contadora - CRC-RJ 059.203/O-4

Demonstrações do resultado intermediárias para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025 (Em milhares de reais - R$)

Receitas operacionais	**30/09/26**	**30/09/25**	**De 01/07/26 a 30/09/26**	**De 01/07/25 a 30/09/25**
Receitas das vendas e serviços	44.390	-	14.136	-
Custo das vendas e serviços	(44.523)	-	(14.153)	-
Prejuízo bruto	**(133)**	**-**	**(17)**	**-**
Despesas operacionais				
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(977)	(2.243)	(255)	(669)
Outras receitas operacionais	-	70	-	22
Prejuízo operacional	**(1.110)**	**(2.173)**	**(272)**	**(647)**
Receitas financeiras	6.006	31.573	536	10.122
Despesas financeiras	(5.417)	(31.478)	(356)	(10.081)
Prejuízo antes do IR e da CS	**(521)**	**(2.078)**	**(92)**	**(606)**
IR e contribuição social	-	-	-	-
Prejuízo do período	**(521)**	**(2.078)**	**(92)**	**(606)**
Prejuízo por ação – básico	(0,00)	(0,01)	(0,00)	(0,00)

Demonstrações dos fluxos de caixa intermediárias para os exercícios de nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025 (Em milhares de reais - R$)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**30/09/26**	**30/09/25**
Prejuízo do período	**(521)**	**(2.078)**
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa		
Depreciação e amortização	29	57
Juros sobre empréstimos	5.242	31.444
Provisão para contingências	171	433
Atualização monetária de tributos a recuperar	(763)	-
Total	**4.158**	**29.856**
Variações no capital circulante		
Contas a receber de clientes	(10.342)	-
Outros ativos	1.451	700
Tributos a recuperar	(1.131)	(6.417)
Partes relacionadas	(370)	
Fornecedores	25.071	38.170
Salários e encargos	595	-
Obrigações tributárias	221	(126)
Outros passivos	(39)	279
Total	**19.614**	**62.462**
Gerado pelas operações		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(511)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**19.103**	**62.462**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	-	95.561
Aquisição de Imobilizado	(208.709)	(214.159)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(208.709)**	**(118.598)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Mútuos com partes relacionadas	(834)	-
Emissão de debêntures	63.729	-
Custos de transação na emissão de debêntures	(238)	-
Pagamento de debentures	-	(680)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**62.657**	**(680)**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**(126.949)**	**(56.816)**
No início do período	132.973	274.886
No final do período	6.024	218.070
Variação do caixa e equivalentes de caixa	**(126.949)**	**(56.816)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido intermediárias para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025 (Em milhares de reais - R$)

	Capital social	**Prejuízos acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**274.755**	**(20.005)**	**254.750**
Prejuízo do período	-	(2.078)	(2.078)
Saldos em 30 de setembro de 2025	**274.755**	**(22.083)**	**252.672**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**274.755**	**(22.543)**	**252.212**
Prejuízo do período	-	(521)	(521)
Saldos em 30 de setembro de 2026	**274.755**	**(23.064)**	**251.691**

Demonstrações do valor adicionado intermediárias para os períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025 (Em milhares de reais - R$)

	30/09/26	**30/09/25**
Receitas	**44.390**	**-**
Receita de contrato com cliente	44.390	-
Outras receitas	-	-
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-
Insumos adquiridos de terceiros	**(44.945)**	**(368)**
Custo dos serviços prestados	(44.523)	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(422)	(368)
Perda/recuperação de valores ativos	-	-
Valor adicionado bruto	**(555)**	**(368)**
Depreciação e amortização	**(29)**	**(57)**
Valor adicionado líquido produzido	**(584)**	**(425)**
Valor adicionado recebido em transferência	**6.006**	**31.573**
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Receitas financeiras	6.006	31.573
Outras transferências recebidas	-	-
Valor adicionado total a distribuir	**5.422**	**31.148**
Distribuição do valor adicionado	**5.422**	**31.148**
Pessoal	-	-
Remuneração direta	-	-
Benefícios	-	-
FGTS	-	-
Impostos, taxas e contribuições	**279**	**1.552**
Federais	279	1.552
Estaduais	-	-
Municipais	-	-
Remuneração de capital de terceiros	**5.664**	**31.674**
Juros	5.417	31.478
Aluguéis	-	-
Outros	247	196
Remuneração de capitais próprios	**(521)**	**(2.078)**
Juros sobre o capital próprio	-	-
Dividendos	-	-
Prejuízo do período	(521)	(2.078)

As Demonstrações Financeiras completas encontram-se disponíveis na sede da Companhia.



Banco do Brasil quer negociar com BC regra mais flexível para contabilizar perdas com agro

Diante da pior crise da sua história no agronegócio, o Banco do Brasil quer negociar com o Banco Central e com o Ministério da Fazenda uma flexibilização na regra que contabiliza as perdas esperadas com calotes nas operações de crédito do setor.

O objetivo é reduzir o valor que a instituição precisa reconhecer como perda esperada em seu balanço após problemas na operação, sob o argumento de que muitos desses contratos são respaldados por garantias reais e recuperáveis, mas específicas do setor, como terras ou o ciclo de recebimento das receitas após a colheita.

Uma possibilidade seria criar um fator de ponderação nas provisões do agro, para sinalizar os créditos amparados nessas garantias e os que podem virar perda efetiva. O desenho ainda está em elaboração, mas a lógica é dar condições ao banco de evitar novos aumentos nas reservas para cobrir calotes ou até reverter parte daquelas feitas nos últimos trimestres -que contribuíram para a forte deterioração dos resultados financeiros do BB.

Segundo um interlocutor a par das discussões, ouvido pela Folha de S.Paulo sob condição de anonimato, a ideia do banco é negociar o que for entendido como excesso nessa provisão, sob o argumento de que será necessário ter recursos para cobrir as perdas efetivas.

As tratativas, contudo, devem enfrentar resistências no Banco Central. Um membro da autoridade monetária afirma, sob condição de sigilo, que as normas atualmente em vigor alinham os critérios contábeis utilizados pelas instituições que operam no país aos padrões internacionais, conforme o IASB (Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade, na sigla em inglês).

Segundo esse interlocutor, um desalinhamento provocado por eventual exceção ao BB representaria um retrocesso nas normas contábeis do país. Procurado por email na noite de sexta-feira (13), o Banco Central não se manifestou até a publicação da reportagem.

O Ministério da Fazenda confirmou, em nota, que recebeu o pedido do Banco do Brasil, "juntamente com outras sugestões". "[A demanda] está em avaliação técnica de sua viabilidade, já em tratativas preliminares com o Banco Central, sempre em atenção ao rigor e higidez necessários para a manutenção da regulação prudencial e estabilidade do sistema financeiro nacional", disse a pasta.

O pleito vem sendo cogitado pelos executivos da instituição desde o primeiro semestre, na esteira do aumento dos calotes no agro. Mas a postura era a de aguardar os resultados seguintes, na expectativa de que as renegociações de dívidas do agronegócio, subsidiadas pelo governo federal, ajudassem a melhorar o quadro.

A solução não surtiu o efeito esperado, e mesmo os produtores aptos a renegociar optaram por não fazê-lo, na esperança de que o governo liberasse condições mais benevolentes. Por isso, a avaliação agora é que o desempenho recente do banco tornou a discussão mais urgente.

No terceiro trimestre, o banco registrou um lucro de apenas R$ 1,3 bilhão, abaixo das expectativas de mercado e um tombo de 66,5% em relação a igual período do ano passado. Embora o aumento na inadimplência da pessoa física tenha colaborado para a deterioração, os custos para absorver perdas também tiveram papel relevante, somando R$ 21,2 bilhões. A cifra foi 17,3% maior na comparação com o mesmo período do ano passado. Cerca de R$ 12 bilhões da provisão adicional vieram do crédito rural.

As instituições financeiras são responsáveis pela avaliação do risco de crédito das operações e pela constituição da chamada PDD (provisão para devedores duvidosos).

Até 2024, os bancos precisavam seguir a norma que estipulava percentuais mínimos de provisão para perdas de acordo com o período de atraso nos pagamentos. As instituições também deveriam analisar as perdas prováveis antes de a inadimplência se concretizar, mas essa exigência acabou ficando mais explícita a partir de uma mudança aprovada em 2021 e que entrou em vigor em janeiro do ano passado.

A resolução foi aprovada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) -colegiado formado pelos ministros da Fazenda e do Planejamento e pelo presidente do Banco Central- e representou um aperto na regra. Na prática, os bancos passaram a ter de fazer reservas maiores para eventuais calotes, muitas vezes antes de qualquer atraso na operação.

O aumento das provisões afeta diretamente a capacidade dos bancos de continuar emprestando para seus clientes, uma vez que essa piora pesa sobre os requerimentos mínimos de capital. As normas para o chamado índice de Basileia exigem que, para cada R$ 100 emprestados, os grandes bancos tenham R$ 11,50 de capital dos sócios (um índice de 11,50%).

Para minimizar o impacto da mudança sobre o capital regulatório das instituições, o BC instituiu um cronograma de transição, que termina em 2028. Mesmo assim, os bancos vêm sentindo os efeitos dessas alterações.

No caso do BB, o índice de Basileia recuou de 14,81% no terceiro trimestre do ano passado para 13,45% em igual período deste ano. O indicador ainda está acima das exigências regulatórias, mas a piora pode demandar maior cautela do banco em suas operações.

"O olhar que está em discussão com o próprio Ministério da Fazenda, com o Banco Central, é para ver como a gente adequa melhor [a particularidade de uma carteira com grande peso do agronegócio]. Buscar uma coisa talvez mais próxima do que era com a [resolução] 2.682 [em vigor até 2024 e que disciplinava as provisões para perdas]", afirmou à Folha de S.Paulo o vice-presidente de agronegócios e agricultura familiar do BB, Gilson Bittencourt. Ele falou à reportagem em 21 de outubro, antes da divulgação dos resultados do banco. (Folhapress)

Enem 2026: começa prazo para pedir reaplicação de provas em dezembro


Foto: Fabio Rodrigues-Pozebom/ ABr

Os inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2026 que não conseguiram fazer as avaliações, por problemas logísticos ou doenças infectocontagiosas, podem pedir a reaplicação da prova a partir da segunda-feira (16). O prazo termina na sexta-feira (20).

O pedido pode ser feito individualmente para cada um dos domingos em que o candidato faltou, desde que se enquadre nas condições previstas no edital.

O Enem 2026 ocorreu nos dias 8 e 15 de novembro. As provas serão reaplicadas nos dias 15 e 16 de dezembro.

Como solicitar

Os interessados devem formalizar o pedido de reaplicação ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) exclusivamente pela Página do Participante do Enem, com a senha do Gov.br.

Quem tem direito

Somente têm direito à reaplicação aqueles que formalizarem a solicitação na Página do Participante, de acordo com as seguintes situações: afetados por problemas logísticos: desastres naturais (que prejudiquem a aplicação do Exame devido ao comprometimento da infraestrutura do local), falta de energia elétrica (que prejudique a visibilidade da prova pela ausência de luz natural) ou erro de execução de procedimento de aplicação que causem comprovado prejuízo aos participantes; acometidos por uma das doenças infectocontagiosas listadas no edital, na semana do primeiro ou do segundo dia de aplicação do exame, como: sarampo, rubéola, covid-19, tuberculose, coqueluche, difteria, variola, entre outras.

Falta de energia

O ministro da Educação, Leonardo Barchini, informou que as provas do segundo dia do Enem 2026 foram afetadas por quedas de energia em 11 locais de aplicação em todo o país. Foram quatro em Minas Gerais, três na Bahia, dois no Paraná, um no Maranhão e um no Piauí.

No primeiro dia de provas, 8 de novembro, o MEC registrou a falta de energia em 39 locais de provas: dois no estado do Amapá, um em Minas Gerais e 36 no Rio de Janeiro. Os estudantes dessas localidades podem pedir a reaplicação das provas do Enem 2026.

Ao todo, o Enem foi aplicado em 1.901 municípios do país, em 14.868 locais de prova, como escolas; com 15.494 coordenações e 184.095 salas de prova.

Abstenção geral

O segundo dia do Enem 2026 registrou taxa de abstenção de 36%, enquanto o primeiro dia marcou 32% de ausências, segundo balanço preliminar divulgado pelo Ministério da Educação (MEC), em entrevista coletiva na noite de domingo.

Os percentuais de abstenção no Enem de 2025 foram de 27%, no primeiro dia de provas e 32%, no segundo domingo. Nos últimos quatro anos, a ausência do segundo dia do Enem ficou entre 30% e 32%.

O ministro Barchini credita o aumento das ausências em 2026 à inscrição automática de todos os concluintes do ensino médio público.

Próximas datas

O Ministério da Educação (MEC) anunciou que o gabarito oficial do Enem de 2026 será publicado na próxima quarta-feira (18).

O resultado do exame está previsto para ser divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) no dia 18 de janeiro de 2027. (Agência Brasil)

Saúde

Mpox: com quase 400 casos, Rio passa a atualizar diariamente os dados

A Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro decidiu que atualizará diariamente, a partir da segunda-feira (16), os números de casos da mpox, doença infecciosa viral que tem 396 casos confirmados e uma morte no estado no ano de 2026. Outros 281 casos registrados estão em investigação para confirmar ou descartar o vírus Mpox.

De acordo com a Secretaria Estadual de Saúde, o número de notificações da doença tem crescido no estado desde a semana epidemiológica de 13 a 19 de setembro. Desde então, o número de casos semanais notificados aumentou 15 vezes, ao passar de 13 casos naquela semana, para 206 na semana de 8 a 14 de novembro.

As autoridades sanitárias do estado informaram que capacitaram 500 profissionais de saúde sobre cuidado com pacientes com suspeita da doença. Também está sendo oferecido um suporte técnico para os 92 municípios, a fim de que eles possam fazer ações de enfrentamento á doença causada pelo vírus.

Os sintomas da doença incluem erupções e lesões na pele, aumento dos gânglios linfáticos, febre, dor de cabeça, dores musculares, calafrios e cansaço. Pessoas com HIV apresentam maior risco de agravamento das condições clínicas.

O Mpox é transmitido pelo contato com pessoas infectadas, em especial pelo contato direto com lesões da pele e mucosas.

A recomendação é que os grupos prioritários definidos pelo Ministério da Saúde busquem uma unidade de saúde para se vacinar. Neste público estão profissionais de laboratórios que manipulam amostras do vírus, pessoas com condições específicas de imunodeficiência, quem vive com HIV ou aids, usuários de profilaxia pré-exposição ao HIV e pessoas que tiveram contato direto de alto risco com alguém doente.

A doença recebeu esse nome (mpox ou monkeypox) porque foi inicialmente identificada em macacos mantidos em cativeiro em um laboratório de pesquisas da Dinamarca, em 1958. O primeiro caso em humanos foi registrado em 1970, na República Democrática do Congo.

Desde os anos 2000, surtos vêm sendo registrados. O principal deles, que atingiu o Brasil, iniciado em maio de 2022, deixou 14 mortos, além de mais de 10,5 mil pessoas infectadas naquele ano. Em 2026, o país tem 1.099 casos e uma morte confirmados.

O vírus infecta não apenas humanos, como também outros mamíferos. Acredita-se que o reservatório natural do vírus, ou seja, as espécies que servem como principal abrigo para o Mpox na natureza, sejam pequenos roedores. (Agência Brasil)

Brasil avança em políticas de alimentação e clima, diz estudo


Foto: Fabio Rodrigues-Pozebom/ABr

O Brasil avançou na integração dos sistemas alimentares à política climática nacional, mas ainda precisa superar contradições e garantir a implementação das medidas previstas. É o que mostra a atualização do Índice de Avaliação dos Sistemas Alimentares nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (Food Systems NDC Scorecard), que elevou a pontuação brasileira de 6 para 8,5, em uma escala de 12 pontos, entre 2025 e 2026.

O avanço foi registrado após a publicação do Plano Clima, principal instrumento de implementação dos compromissos brasileiros no Acordo de Paris. O documento incorporou medidas relacionadas não apenas à produção agropecuária, mas também ao processamento, à distribuição, ao consumo e ao desperdício de alimentos.

O índice foi desenvolvido por quatro organizações: Mercy For Animals, Center for Biological Diversity, Global Alliance for Improved Nutrition e Global Law Alliance for Animals and the Environment. A metodologia avalia como os países integram os sistemas alimentares às NDCs, compromissos apresentados no âmbito do Acordo de Paris para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e se adaptar às mudanças climáticas.

Na primeira avaliação, publicada em setembro de 2025, o Brasil havia recebido classificação considerada fraca. A análise atualizada passou a incluir o Plano Clima, que ainda não estava publicado quando foi realizada a primeira edição do levantamento.

O que mudou no Plano Clima

Entre os avanços identificados está a inclusão de medidas para reduzir o consumo de energia e as emissões no processamento de alimentos, apoiar a agricultura familiar, mapear a produção e o processamento de proteínas alternativas e criar estruturas de abastecimento agroecológicas. O plano também prevê tecnologias para prolongar a vida útil dos alimentos e o aproveitamento de resíduos orgânicos na produção de bioenergia e fertilizantes.

Outra mudança apontada pelo estudo é o reconhecimento dos impactos ambientais e climáticos associados a padrões alimentares de alto impacto, especialmente ao consumo excessivo de carne. O documento relaciona esse padrão também a riscos para a saúde, como determinados tipos de câncer, diabetes e doenças cardiovasculares.

Como referência para a alimentação saudável, o Plano Clima prevê a divulgação do Guia Alimentar para a População Brasileira, que recomenda que alimentos in natura ou minimamente processados, predominantemente de origem vegetal e de diferentes tipos, constituam a base da alimentação.

O levantamento também destaca medidas relacionadas à transição justa e à justiça climática, como a concessão de crédito rural para mulheres e a proteção da segurança territorial de povos indígenas e comunidades quilombolas. Entre as políticas de alimentação e nutrição, menciona a exclusão de alimentos ultraprocessados da cesta básica e a incorporação do conceito de Saúde Única (One Health), que considera a interdependência entre a saúde humana, animal e ambiental.

Apesar da melhora na avaliação, o estudo identifica medidas do Plano Clima que podem entrar em conflito com outros objetivos de sustentabilidade. Para Vanessa Garbini, vice-presidente de Relações Institucionais e Governamentais da Mercy For Animals, esse desalinhamento ainda representa um desafio para a política brasileira.

"O Plano Clima representa um avanço importante na integração dos sistemas alimentares à política climática brasileira, mas a avaliação aponta oportunidades para avançar ainda mais. A manutenção de medidas que comprometem outros objetivos de sustentabilidade, como a intensificação da pecuária, continua sendo um desafio para garantir maior alinhamento entre as políticas de alimentação e clima do Brasil", diz Vanessa.

O estudo também chama a atenção para o Marco de Referência sobre Sistemas Alimentares e Clima para Políticas Públicas. Embora o Plano Setorial de Segurança Alimentar e Nutricional estabeleça como meta desenvolver o documento até 2027, o próprio levantamento informa que ele já havia sido publicado no final de 2025. O desafio, portanto, é avançar na execução de suas recomendações.

Entre elas está o incentivo à transição para padrões alimentares mais saudáveis, com maior presença de alimentos de origem vegetal. Segundo o documento, essa mudança poderia contribuir para mitigar 45 milhões de toneladas de carbono por ano. O marco também propõe reorientar subsídios e políticas fiscais, considerando os impactos negativos e os custos ambientais de modelos agrícolas menos sustentáveis.

Alimentação e saúde

A avaliação também relaciona as políticas alimentares aos desafios de saúde pública. Segundo dados citados por Vanessa Garbini, o consumo médio de carnes bovina, ovina e de aves supera as recomendações da Dieta da Saúde Planetária, desenvolvida pela comissão EAT-Lancet, em todas as regiões brasileiras.

A ingestão de proteínas excederia as necessidades metabólicas entre 20% e 80%, conforme a faixa de renda. Ao mesmo tempo, quase oito em cada dez adultos das capitais brasileiras não consomem frutas e hortaliças em quantidade suficiente.

"Esses dados reforçam a necessidade urgente de políticas públicas que garantam acesso equitativo a dietas verdadeiramente saudáveis e sustentáveis. Essa não é apenas uma questão de política climática: é uma necessidade imperativa para a saúde pública e planetária", afirma Garbini. (Agência Brasil)

COP31: ministro defende esforço compartilhado na proteção da Amazônia


Foto: Valter Campanato/ABr

O ministro do Meio Ambiente Mudança do Clima, João Paulo Capobianco, defendeu maior envolvimento dos países nos esforços para defender a Amazônia frente aos desafios das mudanças climáticas.

"Nenhum país isolado é capaz de enfrentar esse problema sozinho", declarou Capobianco, durante a participação no diálogo de Alto Nível sobre Tecnologia e Inovação para o Manejo Integrado do Fogo e a Resiliência a Incêndios Florestais, ocorrido nesta segunda-feira (16), na 31ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP31), em Antalya, na Turquia.

O enfrentamento aos incêndios florestais foi pautado pela delegação brasileira em 2025, durante a COP30, em Belém, e teve a adesão de 68 países e 4 organizações internacionais, que endossaram a proposta apresentada para ação global.

Segundo Capobianco, o governo brasileiro já tem atuado fortemente no enfrentamento aos incêndios e desmatamento florestal, com investimentos, políticas públicas e mudanças regulatórias que levaram o Brasil a atingir números recordes na redução do problema.

"Nós mudamos a forma de agir e, em 2024, o Brasil estabeleceu por meio de lei a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, que reconhece o conhecimento tradicional e integra o manejo ecológico do fogo com responsabilidades compartilhadas entre governos federal, estaduais e municipais, sociedade civil e setor privado", declarou.

Para o ministro, os esforços nacionais e investimentos são essenciais, mas exigem uma visão global sobre a importância de preservar bens comuns à toda a humanidade, como a floresta amazônica.

"Ultrapassar o limite de 1,5°C é perigoso demais para todos nós, já que trazer a temperatura de volta ao limite, posteriormente, pode não trazer a floresta de volta", afirma o ministro.

Capobianco reforçou que a responsabilidade global precisa ser compartilhada por meio de ações globais capazes de frear os efeitos que tornam a floresta mais seca e vulnerável aos incêndios. "Lutar contra o desmatamento e manejar o fogo é essencial, mas não podem substituir as iniciativas que permitam respostas rápidas à redução das emissões de gases do efeito estufa que aquecem o planeta", declarou.

O Brasil apresentou como contribuição para orientar os países nesse desafio o Mapa do Caminho para o fim do desmatamento até 2030. O documento, aponta caminhos nacionais, de financiamento e participação social, articulados à cooperação internacional. "No Brasil, nós estamos determinados a implementar completamente o Mapa do Caminho, mas mesmo que isso ocorra, o risco global de perder a Amazônia para sempre é elevado", alerta o ministro. (Agência Brasil)

Presidente busca investimentos da Ásia para exploração de minerais críticos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou no domingo (15), nas Filipinas, que o Brasil pretende atrair investimentos para a exploração e a industrialização de minerais críticos e terras raras, em uma estratégia que, segundo ele, pode ampliar a inserção do país nas cadeias produtivas ligadas à transição energética.

A declaração foi feita após a abertura da Cúpula da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean), em Manila. "Queremos ser parceiros definitivos da Asean", diz Lula.

No discurso aos líderes do bloco, o presidente defendeu o aprofundamento das relações entre o Mercosul e os países do Sudeste Asiático, destacando oportunidades de cooperação voltadas ao desenvolvimento sustentável, à redução das desigualdades e ao fortalecimento dos laços entre países em desenvolvimento.

"Navegar juntos implica escolher a rota do desenvolvimento sustentável e da redução das desigualdades", diz Lula na abertura da Cúpula da Asean.

Atualmente, o Brasil é Parceiro de Diálogo Setorial da Asean. O país busca elevar sua condição para Parceiro de Diálogo, categoria que amplia a participação brasileira nos fóruns políticos e econômicos da organização.

Na entrevista à imprensa, Lula apontou os minerais críticos e as terras raras como um setor estratégico para ampliar a cooperação econômica com países asiáticos.

Segundo o presidente, o objetivo é atrair investimentos e tecnologia para desenvolver no país etapas mais avançadas da cadeia produtiva desses recursos, utilizados na fabricação de baterias, semicondutores e outros componentes considerados essenciais para a transição energética.

Lula, no entanto, afirmou que o Brasil não pretende se limitar à exportação de matérias-primas. Ele defendeu a agregação de valor à produção nacional por meio da industrialização desses minerais em solo brasileiro.

Tarifas

Lula relacionou o fortalecimento dos vínculos com a Ásia ao atual cenário de tensões comerciais internacionais.

Ao comentar as tarifas impostas pelos Estados Unidos, o presidente afirmou que a medida acabou acelerando a busca brasileira por novos mercados e reforçando a relevância da diversificação de parceiros comerciais.

Segundo ele, o contexto evidencia a importância do multilateralismo e da ampliação das relações econômicas entre diferentes países e blocos. (Agência Brasil)